COMUNICAÇÕES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

ESTRATÉGIAS MULTIMODAIS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

COMUNICAÇÕES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: ESTRATÉGIAS MULTIMODAIS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

As comunicações inclusivas na educação e na sociedade são fundamentais para assegurar a participação plena de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, promovendo equidade e aprendizagem significativa. A inclusão educacional não se limita à adaptação física do ambiente, mas envolve também a implementação de estratégias pedagógicas e comunicacionais que considerem as necessidades individuais dos estudantes, garantindo a participação efetiva em atividades escolares e sociais. Este estudo, de caráter qualitativo, baseou-se em uma ampla revisão de literatura, incluindo pesquisas nacionais e internacionais sobre psicopedagogia, educação inclusiva, tecnologias assistivas e metodologias multimodais. Diversos autores destacam a importância de abordagens multimodais, combinando recursos visuais, auditivos e táteis, para atender alunos com transtornos de aprendizagem, dislexia, TEA e dupla excepcionalidade (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Além disso, práticas como jogos, brincadeiras e atividades contextualizadas auxiliam na construção do conhecimento, promovendo engajamento e motivação (Ischkanian, 2025). Políticas públicas e diretrizes educacionais, como a Declaração de Salamanca e a Política Nacional de Educação Especial, fornecem fundamentos legais e éticos para a implementação dessas práticas, reforçando o direito à educação inclusiva (Batalla, 2009; ONU, 1994). A pesquisa evidencia que o desenvolvimento de habilidades de comunicação e pensamento crítico contribui para o empoderamento do aluno, favorecendo autonomia e interação social. Estratégias como o Design Universal para Aprendizagem (Rapp, 2014; Zerbato & Mendes, 2018), a utilização de tecnologias assistivas (Ossada & Rodrigues, 2016) e práticas psicopedagógicas direcionadas (Bastos, 2005; Santos, 2009) são essenciais para atender às diversas necessidades educacionais. Destaca-se a importância da formação continuada de professores, que devem estar preparados para planejar e executar atividades inclusivas, reconhecendo a diversidade e promovendo a aprendizagem colaborativa. A comunicação inclusiva envolve não apenas a adaptação de materiais, mas também a promoção de interações significativas, respeito às diferenças e participação ativa de todos os alunos. A implementação de estratégias multimodais contribui para reduzir barreiras, garantindo que estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento possam desenvolver plenamente seu potencial cognitivo, social e emocional, fortalecendo o compromisso com uma educação mais justa, equitativa e transformadora.

Palavras-chave: Transtornos do neurodesenvolvimento; comunicação inclusiva; educação inclusiva; estratégias multimodais; psicopedagogia.

INCLUSIVE COMMUNICATIONS IN EDUCATION AND SOCIETY: MULTIMODAL STRATEGIES FOR THE PARTICIPATION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND NEURODEVELOPMENTAL DISORDERS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Inclusive communications in education and society are essential to ensure the full participation of people with disabilities and neurodevelopmental disorders, promoting equity and meaningful learning. Educational inclusion goes beyond the physical adaptation of the environment; it also involves the implementation of pedagogical and communicational strategies that consider the individual needs of students, ensuring their effective participation in school and social activities. This qualitative study was based on an extensive literature review, including national and international research on psychopedagogy, inclusive education, assistive technologies, and multimodal methodologies. Several authors emphasize the importance of multimodal approaches, combining visual, auditory, and tactile resources to support students with learning disorders, dyslexia, ASD, and twice-exceptional learners (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Additionally, practices such as games, play-based activities, and contextualized tasks assist in knowledge construction, fostering engagement and motivation (Ischkanian, 2025). Public policies and educational guidelines, such as the Salamanca Statement and the National Special Education Policy, provide legal and ethical foundations for implementing these practices, reinforcing the right to inclusive education (Batalla, 2009; ONU, 1994). The research highlights that developing communication and critical thinking skills contributes to student empowerment, promoting autonomy and social interaction. Strategies such as Universal Design for Learning (Rapp, 2014; Zerbato & Mendes, 2018), the use of assistive technologies (Ossada & Rodrigues, 2016), and targeted psychopedagogical practices (Bastos, 2005; Santos, 2009) are essential to meet diverse educational needs. Continuous teacher training is crucial, as educators must be prepared to plan and implement inclusive activities, recognize diversity, and promote collaborative learning. Inclusive communication involves not only adapting materials but also fostering meaningful interactions, respecting differences, and ensuring active participation of all students. Implementing multimodal strategies helps reduce barriers, ensuring that students with disabilities and neurodevelopmental disorders can fully develop their cognitive, social, and emotional potential, reinforcing the commitment to a more just, equitable, and transformative education.

Keywords: Neurodevelopmental disorders; inclusive communication; inclusive education; multimodal strategies; psychopedagogy.

COMUNICACIONES INCLUSIVAS EN LA EDUCACIÓN Y LA SOCIEDAD: ESTRATEGIAS MULTIMODALES PARA LA PARTICIPACIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD Y TRASTORNOS DEL NEURODESARROLLO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

Las comunicaciones inclusivas en la educación y la sociedad son fundamentales para garantizar la participación plena de las personas con discapacidad y trastornos del neurodesarrollo, promoviendo la equidad y un aprendizaje significativo. La inclusión educativa no se limita a la adaptación física del entorno, sino que también implica la implementación de estrategias pedagógicas y comunicacionales que consideren las necesidades individuales de los estudiantes, asegurando su participación efectiva en actividades escolares y sociales. Este estudio, de carácter cualitativo, se basó en una amplia revisión de literatura, incluyendo investigaciones nacionales e internacionales sobre psicopedagogía, educación inclusiva, tecnologías de asistencia y metodologías multimodales. Diversos autores destacan la importancia de los enfoques multimodales, combinando recursos visuales, auditivos y táctiles para atender a estudiantes con trastornos del aprendizaje, dislexia, TEA y doble excepcionalidad (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Además, prácticas como juegos, actividades lúdicas y tareas contextualizadas contribuyen a la construcción del conocimiento, fomentando la motivación y el compromiso (Ischkanian, 2025). Las políticas públicas y directrices educativas, como la Declaración de Salamanca y la Política Nacional de Educación Especial, proporcionan fundamentos legales y éticos para la implementación de estas prácticas, reforzando el derecho a la educación inclusiva (Batalla, 2009; ONU, 1994). La investigación evidencia que el desarrollo de habilidades de comunicación y pensamiento crítico contribuye al empoderamiento del estudiante, favoreciendo la autonomía y la interacción social. Estrategias como el Diseño Universal para el Aprendizaje (Rapp, 2014; Zerbato & Mendes, 2018), el uso de tecnologías de asistencia (Ossada & Rodrigues, 2016) y prácticas psicopedagógicas dirigidas (Bastos, 2005; Santos, 2009) son esenciales para atender a las diversas necesidades educativas. Asimismo, se destaca la importancia de la formación continua del profesorado, que debe estar preparado para planificar y ejecutar actividades inclusivas, reconociendo la diversidad y promoviendo el aprendizaje colaborativo. La comunicación inclusiva no solo implica la adaptación de materiales, sino también la promoción de interacciones significativas, respeto a las diferencias y participación activa de todos los estudiantes. La implementación de estrategias multimodales contribuye a reducir barreras, asegurando que los estudiantes con discapacidad y trastornos del neurodesarrollo puedan desarrollar plenamente su potencial cognitivo, social y emocional, reforzando el compromiso con una educación más justa, equitativa y transformadora.

Palabras clave: Trastornos del neurodesarrollo; comunicación inclusiva; educación inclusiva; estrategias multimodales; psicopedagogía.

COMUNICAÇÕES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: ESTRATÉGIAS MULTIMODAIS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

APRESENTAÇÃO

O presente estudo sobre *Comunicações Inclusivas na Educação e Sociedade: Estratégias Multimodais para a Participação de Pessoas com Deficiência e Transtornos do Neurodesenvolvimento* surge da convergência de múltiplas linhas de investigação e experiências práticas de seus autores, cujo trabalho colaborativo visou compreender a complexidade dos processos comunicacionais inclusivos e propor estratégias inovadoras que possibilitem a efetiva participação de todos os estudantes em contextos educacionais e sociais, reconhecendo a diversidade humana como elemento central da aprendizagem e da cidadania (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2025).

Gladys Nogueira Cabral (2025) enfatiza que a construção do pensamento crítico e a aplicação de estratégias pedagógicas estruturadas constituem fundamentos imprescindíveis para o desenvolvimento de competências comunicacionais inclusivas, de modo que o aluno não apenas receba informações, mas interaja de forma ativa e significativa com conteúdos, colegas e professores, promovendo uma educação que transcenda a mera instrução e contribua para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis.

Sandro Garabed Ischkanian (2025) destaca que a integração de abordagens multimodais, contemplando recursos visuais, auditivos, táteis e tecnológicos, é essencial para atender às diferentes formas de processamento e compreensão de informação, sobretudo em alunos com transtornos do neurodesenvolvimento, permitindo que a aprendizagem seja personalizada, acessível e capaz de ampliar o engajamento e a motivação dos estudantes em suas experiências escolares e comunitárias.

Idênis Glória Belchior (2025) ressalta a importância da inclusão não apenas como princípio pedagógico, mas como estratégia social, que ao reduzir barreiras de comunicação e promover acessibilidade plena, fortalece os vínculos entre escola e sociedade, favorecendo ambientes de aprendizagem colaborativa e incentivando políticas públicas voltadas para a equidade educacional e a valorização da diversidade cognitiva e comportamental.

Palmyra Couto de Oliveira Neta (2025) argumenta que a implementação de metodologias ativas, como jogos educativos, simulações e estudos de caso contextualizados, contribui para a consolidação de aprendizagens significativas, na medida em que o estudante é colocado no centro do processo, exercitando autonomia, pensamento crítico e habilidades comunicacionais complexas, fundamentais para sua inclusão plena no espaço escolar e na vida social.

Marizuza Ribeiro Paixão Marinho (2025) observa que a formação continuada de professores e profissionais da educação é estratégica para garantir que práticas inclusivas sejam efetivamente aplicadas, permitindo que os docentes compreendam as necessidades individuais de cada aluno, utilizem recursos tecnológicos e multimodais e construam ambientes de aprendizagem acolhedores, nos quais a diversidade seja valorizada e as diferenças, respeitadas.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) enfatiza que a comunicação inclusiva deve ser entendida como um processo dinâmico e relacional, no qual alunos, professores e familiares se engajam conjuntamente, promovendo interações significativas que vão além do conteúdo acadêmico, contribuindo para a construção de identidades inclusivas, o fortalecimento de vínculos sociais e a redução de preconceitos e estigmas associados às deficiências e aos transtornos do neurodesenvolvimento.

Rosimery Mendes Rodrigues (2025) destaca que a pesquisa evidencia a necessidade de políticas educacionais que integrem práticas multimodais em currículos formais, assegurando que recursos e estratégias sejam padronizados de forma ética, inclusiva e sistemática, de modo a garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de participação, expressão e desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

Rosalina Leal da Silva (2025) argumenta que a aplicação de tecnologias assistivas e plataformas digitais acessíveis permite a construção de espaços educativos mais democráticos, nos quais alunos com diferentes necessidades possam acessar conteúdos de forma autônoma, interagir com colegas e professores, e desenvolver habilidades que transcendam a sala de aula, fortalecendo a inclusão social e a equidade educacional.

Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes (2025) evidencia que a combinação de práticas psicopedagógicas com estratégias multimodais oferece uma abordagem holística

para a inclusão, considerando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e a socialização, fatores essenciais para a participação plena de alunos com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento.

Mariza Barreto Leal Dias (2025) destaca que a relevância do estudo está diretamente ligada ao potencial transformador das estratégias inclusivas, que podem promover mudanças profundas nas escolas, nas comunidades e na sociedade, contribuindo para a construção de uma educação mais justa, equitativa e preparada para os desafios do século XXI.

Gabriel Nascimento de Carvalho (2025) reforça que os resultados apontam para a necessidade de continuidade da pesquisa e expansão das práticas inclusivas, incentivando políticas públicas inovadoras, a formação docente continuada e o desenvolvimento de recursos multimodais que garantam a participação ativa e significativa de todos os estudantes.

Neusa Venditte (2025) conclui que o avanço das comunicações inclusivas representa não apenas uma evolução pedagógica, mas também um compromisso social e ético, na medida em que promove cidadania, equidade, acessibilidade e transformação social, reafirmando a educação como instrumento de inclusão, empoderamento e mudança cultural duradoura.

O presente estudo sobre comunicações inclusivas na educação e na sociedade evidencia que a implementação de estratégias multimodais representa um avanço significativo na promoção da equidade educacional, pois permite que alunos com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento participem ativamente do processo de aprendizagem, desenvolvendo competências cognitivas, sociais e emocionais essenciais para sua formação integral. Ao articular práticas pedagógicas inovadoras, recursos tecnológicos acessíveis e metodologias contextualizadas, os autores demonstram que a inclusão não é apenas uma questão normativa, mas um compromisso ético e social que transforma a dinâmica escolar e fortalece a participação comunitária.

A relevância deste estudo se estende além do contexto escolar, pois contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual a diversidade é reconhecida como valor, e todos os indivíduos têm oportunidades reais de expressão, interação e desenvolvimento pessoal.

Esta pesquisa reafirma que a comunicação inclusiva é um vetor de transformação, capaz de promover aprendizagens significativas, empoderar alunos, incentivar a colaboração e fomentar mudanças estruturais e culturais que favorecerão a construção de um futuro mais inclusivo, equitativo e humanizado, no qual a educação atua como instrumento de cidadania, desenvolvimento social e inovação pedagógica.

COMUNICAÇÕES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: ESTRATÉGIAS MULTIMODAIS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

1. INTRODUÇÃO

Comunicações inclusivas na educação e sociedade: estratégias multimodais para a participação de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. A Declaração de Salamanca, assinada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, representou um marco histórico no fortalecimento das políticas e práticas voltadas para a educação inclusiva em âmbito internacional, ao estabelecer diretrizes que visam garantir igualdade de oportunidades e acesso universal à educação, independentemente das condições individuais dos estudantes, reafirmando a educação como um direito humano fundamental e promovendo a valorização da diversidade como recurso pedagógico essencial (Batalla, 2009; ONU, 1994).

O desenvolvimento do pensamento crítico surge como um elemento estratégico e imprescindível para potencializar a inclusão, pois não se limita apenas à capacidade de analisar informações, mas engloba a habilidade de questionar pressupostos, identificar vieses, comparar diferentes perspectivas e construir argumentos consistentes, o que possibilita aos alunos desenvolver uma compreensão mais profunda e contextualizada das situações que enfrentam no ambiente escolar e na sociedade em geral (Cabral, 2025). Esse processo de reflexão crítica promove não apenas o raciocínio lógico, mas também competências socioemocionais, como empatia, resiliência e autocontrole, que são essenciais para a interação respeitosa e colaborativa entre estudantes de diferentes perfis, incluindo aqueles com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento.

> Benefícios e estratégias do pensamento crítico: o caminho para um raciocínio mais eficaz. O desenvolvimento do pensamento crítico é crucial na educação moderna, pois capacita os alunos a realizarem análises profundas e fundamentadas em diversos contextos. Este estudo, utilizando uma abordagem qualitativa, explorou a literatura acadêmica sobre o tema e identificou os benefícios do pensamento crítico, que incluem a capacidade de avaliar informações com precisão, tomar decisões informadas e questionar suposições. A análise revelou que dividir o pensamento crítico em componentes como clareza, precisão, relevância e profundidade ajuda tanto educadores quanto alunos a compreender e aplicar essas habilidades de maneira estruturada. Estratégias eficazes para fomentar o pensamento crítico incluem atividades colaborativas e a exploração de casos da vida real, que promovem a interação entre os alunos e incentivam a reflexão sobre problemas práticos. Além disso, dedicar momentos à reflexão, estimular a curiosidade e considerar diferentes perspectivas enriquecem o processo educativo. Ao integrar experiências cotidianas e analisar temas em profundidade, o ensino pode formar cidadãos mais informados e preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante mudança. Portanto, o estudo não apenas destaca a importância do pensamento crítico, mas também propõe práticas concretas para seu desenvolvimento, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e autônomos, essenciais para uma sociedade mais justa e eficiente. (Nogueira Cabral, 2025, p. 17)

Ao segmentar o pensamento crítico em dimensões como clareza, precisão, relevância e profundidade, os educadores são capazes de planejar e aplicar atividades pedagógicas de maneira estruturada, garantindo que os alunos compreendam os conteúdos de forma abrangente e fundamentada, ao mesmo tempo em que aprendem a avaliar informações, tomar decisões informadas e resolver problemas complexos. A clareza orienta o aluno a organizar suas ideias de maneira coerente; a precisão incentiva a utilização de dados confiáveis e verificáveis; a relevância garante que as reflexões estejam alinhadas aos objetivos do aprendizado; e a profundidade permite a análise detalhada das causas, consequências e inter-relações de diferentes fenômenos, fortalecendo a capacidade de síntese crítica e a tomada de decisões conscientes.

O desenvolvimento do pensamento crítico está intimamente relacionado à promoção da autonomia intelectual, pois alunos que dominam essas habilidades tornam-se protagonistas do próprio aprendizado, sendo capazes de buscar soluções criativas, questionar práticas pedagógicas e participar ativamente de discussões significativas em sala de aula. Em contextos inclusivos, essa competência assume papel ainda mais relevante, uma vez que permite que estudantes com diferentes necessidades cognitivas e estilos de aprendizagem possam interagir de forma igualitária, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento e para a valorização das diferenças individuais como parte integrante do processo educativo.

Ao integrar estratégias que estimulam o pensamento crítico — como debates, resolução de problemas complexos, análise de casos da vida real e atividades colaborativas — o ensino não apenas promove a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, mas também desenvolve habilidades sociais e emocionais essenciais para a participação cidadã, para a

construção de ambientes inclusivos e para a preparação dos alunos para enfrentar os desafios de uma sociedade diversa e em constante transformação.

Um dos princípios centrais da Declaração de Salamanca é a defesa da aprendizagem conjunta de todas as crianças e jovens em ambientes inclusivos, valorizando a convivência, a colaboração e a troca de experiências entre estudantes com diferentes habilidades, origens culturais e formas de aprendizado, rompendo com modelos segregadores e enfatizando que a diversidade é um recurso enriquecedor do processo educativo (Mantoan, 2006; Januzzi, 2004). Este princípio destaca que a educação inclusiva deve ir além da simples integração física, devendo assegurar participação ativa e aprendizagem significativa.

Para que essa perspectiva se concretize, é necessário que as escolas revisem suas estruturas físicas, currículos, métodos de ensino e avaliação, garantindo condições equitativas de acesso ao aprendizado e respeitando as singularidades de cada aluno, promovendo mudanças de atitudes e concepções em toda a comunidade escolar (Ischkanian et al., 2025). A implementação de práticas pedagógicas inclusivas envolve planejamento colaborativo, uso de recursos multimodais, tecnologias assistivas e estratégias psicopedagógicas que ampliem a interação, a motivação e a autonomia dos estudantes, fortalecendo o aprendizado individual e coletivo (Demo et al., 2025).

As políticas públicas desempenham papel central nesse processo, ao incentivar a formação continuada de professores, investimentos em recursos pedagógicos acessíveis e a consolidação de redes de apoio interinstitucionais, reforçando que a inclusão deve ser compreendida como participação plena e efetiva do aluno em todas as dimensões da vida escolar (Boneti, 2006; Batalla, 2009). O alinhamento entre legislação, prática pedagógica e desenvolvimento profissional docente é determinante para a transformação das escolas em ambientes inclusivos, colaborativos e preparados para lidar com a diversidade.

A utilização de estratégias multimodais, que combinam abordagens visuais, auditivas, táteis e tecnológicas, tem se mostrado fundamental para atender às necessidades educacionais de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento, dislexia e dupla excepcionalidade, favorecendo a construção de aprendizagens significativas e promovendo engajamento, motivação e autonomia (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Essas estratégias possibilitam que o estudante interaja com conteúdos, colegas e professores de maneira personalizada, reconhecendo diferentes formas de processar e compreender informações.

Práticas lúdicas, jogos educativos e estudos de caso contextualizados têm demonstrado eficácia na construção do conhecimento, pois estimulam a reflexão crítica, o trabalho colaborativo e a aplicação prática de conceitos, promovendo aprendizagens

duradouras e experiências significativas que se estendem para além do ambiente escolar (Ischkanian, 2025). A articulação entre teoria e prática contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e socialmente responsáveis, capazes de participar ativamente de sua comunidade.

A psicopedagogia aplicada a transtornos invasivos do desenvolvimento (Bastos, 2005) oferece fundamentos teóricos e metodológicos para orientar práticas inclusivas, evidenciando a importância de diagnósticos precisos, intervenções individualizadas e acompanhamento contínuo, de modo que cada estudante receba suporte adequado para seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional, integrando-se plenamente ao grupo escolar.

O avanço das tecnologias assistivas e plataformas digitais acessíveis constitui outro vetor de inclusão, possibilitando a construção de ambientes educativos mais democráticos e colaborativos, nos quais alunos com diferentes necessidades possam interagir, expressar ideias e participar do processo de aprendizagem com autonomia, ampliando a equidade e reduzindo desigualdades (Ossada & Rodrigues, 2016; Rapp, 2014).

É fundamental destacar que a formação contínua de professores é um componente estratégico para o sucesso das práticas inclusivas, pois capacita os docentes a planejar atividades adaptadas, reconhecer diversidade, implementar recursos multimodais e promover uma cultura escolar de valorização das diferenças, respeito mútuo e aprendizagem colaborativa (Marin & Góes, 2006; Demo et al., 2025).

Este estudo demonstra que a comunicação inclusiva e as estratégias multimodais não apenas ampliam o acesso à educação, mas promovem mudanças culturais, cognitivas e sociais que fortalecem a equidade, a cidadania e a participação plena de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e preparada para enfrentar os desafios do século XXI, reafirmando a educação como instrumento de transformação social.

A sociedade contemporânea encontra-se em constante transformação, caracterizada pela crescente diversidade de identidades, culturas, etnias e pela rápida evolução tecnológica, fatores que impactam diretamente os modos de interação, aprendizado e participação social dos indivíduos, especialmente daqueles com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento. Historicamente, essas pessoas foram marginalizadas, muitas vezes impedidas de acessar oportunidades educativas e sociais, sendo suas capacidades frequentemente subestimadas ou desconsideradas, o que reforçou processos de exclusão e desigualdade (Mendonça, 2016). No entanto, nas últimas décadas, políticas públicas, organizações da sociedade civil e movimentos de defesa dos direitos das pessoas com

deficiência têm promovido mudanças significativas, buscando habilitar essas populações a participarem de forma mais plena da vida escolar, comunitária e social.

> Durante muitos anos as pessoas com deficiência viveram às margens da sociedade. Mais recentemente observa-se uma conscientização respaldada por novas atitudes de ordem governamental ou de parte de outras organizações, visando habilitar os portadores de deficiência a um ritmo de vida mais normal. No entanto, os números ainda retratam um grupo em grande parte imerso na exclusão social (Mendonça, 2016).

No campo educacional, a diversidade se manifesta de forma particular, uma vez que cada estudante traz consigo experiências, trajetórias e características singulares que influenciam seu processo de aprendizagem, percepção do mundo e interação com colegas e professores (Ischkanian et al., 2024). A escola desempenha papel central como espaço de inclusão, devendo organizar-se não apenas para garantir presença física, mas para assegurar participação efetiva, reconhecimento das diferenças e equidade no acesso ao conhecimento.

Historicamente, concepções sobre linguagem e aprendizagem limitaram a inclusão, como exemplifica Aristóteles (384–322 a.C.), que relacionava a ausência de fala à suposta incapacidade de raciocínio, desconsiderando a possibilidade de ensino adaptado para surdos. Tal perspectiva revela como barreiras históricas e conceituais contribuíram para a exclusão de grupos específicos, e como a educação inclusiva contemporânea deve se fundamentar em abordagens pedagógicas que reconheçam múltiplas formas de comunicação e cognição.

A compreensão da linguagem e da comunicação, entretanto, permanece complexa. Aspectos gramaticais, relações de causa-efeito, noções de tempo e espaço, bem como a interpretação de perguntas indiretas, representam desafios para estudantes com necessidades especiais, tornando a comunicação frequentemente descontextualizada e menos eficiente quando métodos tradicionais são aplicados de forma única (Scheuer, 2007, p. 59). Esse cenário reforça a necessidade de estratégias pedagógicas inovadoras, capazes de adequar a linguagem e os recursos didáticos ao perfil individual de cada aluno.

> Apesar de, na maioria das vezes, a produção da linguagem parecer estar dentro do que é convencional, a compreensão para certos itens gramaticais que envolvem relações de causa-efeito, tempo, espaço, entre outros, bem como conseguir responder a perguntas indiretas em situação de testagem ou em conversação, constitui-se uma difícil tarefa. Assim, muitas vezes a linguagem parece descontextualizada, e a comunicação torna-se menos eficiente, não atingindo seus objetivos (Scheuer, 2007, p. 59).

A utilização de tecnologias digitais e assistivas emerge como ferramenta estratégica, proporcionando maior autonomia, favorecendo a comunicação e ampliando a participação de alunos com deficiência em atividades escolares e sociais. Tecnologias assistivas englobam equipamentos, softwares, dispositivos e serviços que permitem ao estudante interagir de

forma mais eficiente com o conteúdo, com os professores e com colegas, promovendo aprendizado significativo e experiências inclusivas (Ossada & Rodrigues, 2016).

Segundo dados do IBGE (2013), cerca de 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, distribuída entre deficiências auditiva, visual, física e intelectual, sendo a auditiva representada por aproximadamente 1,1% da população. Esses números evidenciam a urgência de políticas educacionais que promovam acessibilidade, adaptação curricular e utilização de recursos multimodais, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidade de participação plena e desenvolvimento integral (IBGE, 2003).

A pesquisa realizada por Ischkanian et al. (2024) destaca que a pedagogia contemporânea deve alinhar estratégias inclusivas com práticas colaborativas, utilização de tecnologias assistivas e metodologias lúdicas, como brincadeiras e jogos educativos, para favorecer o engajamento, a socialização e a aprendizagem significativa de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. Tais práticas permitem que o conhecimento seja construído de maneira contextualizada, conectando teoria e experiência prática e respeitando as singularidades de cada estudante.

O uso de brincadeiras como recurso pedagógico, segundo Ischkanian (2025), não apenas promove a aprendizagem cognitiva, mas também fortalece habilidades socioemocionais, a interação entre pares e o desenvolvimento de competências de comunicação e expressão, especialmente em alunos autistas, cuja participação em atividades tradicionais pode ser limitada por barreiras sensoriais, cognitivas ou comportamentais.

A integração de estratégias multimodais, combinando recursos visuais, auditivos e táteis, revela-se eficaz na construção de ambientes inclusivos, permitindo que alunos com diferentes estilos de aprendizagem e necessidades educacionais acessem conteúdos de forma equitativa e participem ativamente das dinâmicas escolares (Ischkanian et al., 2024; Demo et al., 2025). Isso contribui para a formação de cidadãos mais críticos, autônomos e preparados para interações sociais complexas, além de fortalecer a cultura escolar baseada no respeito à diversidade e na colaboração entre pares.

A aplicação consistente de tecnologias assistivas e metodologias adaptadas também representa um avanço na democratização da educação, pois reduz desigualdades e oferece oportunidades para que estudantes com deficiência desenvolvam plenamente seu potencial cognitivo, emocional e social, promovendo equidade e inclusão em todos os níveis de ensino. Além disso, tais estratégias contribuem para a formação de professores capacitados, conscientes das necessidades individuais e capazes de criar práticas pedagógicas que sejam simultaneamente desafiadoras, motivadoras e inclusivas.

O debate sobre inclusão educacional transcende o ambiente escolar, refletindo diretamente na sociedade, uma vez que a educação inclusiva prepara indivíduos para interagir em contextos diversos, respeitar diferenças e participar de maneira plena da vida comunitária, econômica e cultural, fortalecendo o compromisso social com direitos humanos, cidadania e equidade (Mantoan, 2006; Ischkanian et al., 2024).

A implementação de práticas inclusivas, aliadas ao uso de tecnologias assistivas e metodologias multimodais, representa um passo decisivo para transformar a educação em um instrumento de inclusão social, construção de competências significativas e preparação de cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, acessível e democrática, reafirmando a centralidade do aluno e a importância de reconhecer e valorizar a diversidade em todas as suas dimensões.

2. DESENVOLVIMENTO

A sociedade contemporânea, marcada por rápidas transformações culturais, tecnológicas e sociais, exige que a educação acompanhe essa evolução, considerando não apenas a inclusão física de estudantes com deficiência, mas também a promoção de sua participação ativa em todos os aspectos da vida escolar e comunitária (Mendonça, 2016). Historicamente, essas populações foram marginalizadas, impedidas de acessar oportunidades educativas equitativas, o que reforçou ciclos de exclusão social e cultural, sendo essencial que políticas públicas e práticas pedagógicas modernas busquem reverter esse cenário, promovendo equidade, autonomia e empoderamento.

"Ensina-me de diferentes maneiras, pois assim sou capaz de aprender" (Ischkanian, 2012) sintetiza a essência da educação inclusiva, ao evidenciar que cada estudante possui modos únicos de apreender o conhecimento e interagir com o mundo, tornando imperativo que os ambientes educativos ofereçam múltiplas estratégias pedagógicas capazes de contemplar a diversidade cognitiva, sensorial e socioemocional presente em sala de aula. Esta perspectiva reconhece que a aprendizagem efetiva não ocorre de maneira uniforme, mas por meio de experiências contextualizadas, interativas e adaptadas às necessidades individuais, promovendo participação plena e significativa de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

No contexto educacional, a diversidade manifesta-se de forma concreta, pois cada aluno traz consigo experiências, trajetórias e características singulares que influenciam seus modos de aprendizagem, percepção de mundo e interação social (Januzzi, 2004). Reconhecer essas diferenças é fundamental para organizar espaços escolares inclusivos, nos quais todos tenham oportunidades equivalentes de desenvolvimento cognitivo, emocional e social,

destacando-se a importância de práticas pedagógicas adaptadas que respeitem e valorizem as singularidades de cada estudante.

AUTISMO E EDUCAÇÃO:
Ensina-me de diferente maneiras,
pois assim, eu posso aprender!
Simone Helen Drumond Ischkanian
A educação para o desenvolvimento de habilidades de uma pessoa autista, é muito mais do que os olhos podem ver!

Fonte: http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/2022/09/a-formacao-pedagogica-do-docente.html?m=0. Acesso em 07/10/2025.

A compreensão das deficiências e síndromes constitui base para o planejamento de ações inclusivas eficazes. Segundo a Nova Escola (2025), compreender os fundamentos de diferentes deficiências permite ao educador identificar barreiras de aprendizagem, adaptar conteúdos e estratégias pedagógicas, e criar ambientes acessíveis e seguros, garantindo que a participação de todos os alunos seja ativa e significativa. Esse conhecimento é essencial para que intervenções educativas não sejam superficiais, mas efetivamente transformadoras.

O desenvolvimento do pensamento crítico emerge como componente central na construção de aprendizagens inclusivas, pois permite aos alunos analisar informações de forma estruturada, questionar pressupostos e tomar decisões fundamentadas em contextos diversos (Cabral, 2025). Ao segmentar o pensamento crítico em dimensões como clareza, precisão, relevância e profundidade, os educadores podem planejar atividades pedagógicas que promovam a compreensão aprofundada dos conteúdos, fortalecendo a autonomia intelectual e a capacidade de interação social dos estudantes.

Estratégias multimodais, que combinam recursos visuais, auditivos, táteis e digitais, mostram-se fundamentais para atender às necessidades de alunos com diferentes perfis

cognitivos, sensoriais e emocionais (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Essas abordagens permitem que os conteúdos sejam acessíveis e compreensíveis para todos, estimulando a participação, a curiosidade e o engajamento ativo, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão de estudantes que, de outra forma, poderiam permanecer à margem dos processos de ensino-aprendizagem.

A utilização de tecnologias digitais e assistivas constitui uma ferramenta essencial para reduzir barreiras e ampliar a participação de pessoas com deficiência. Tais recursos favorecem a comunicação, a autonomia e a interação social dos alunos, promovendo um ensino mais inclusivo e democrático. Além disso, o uso de Tecnologias Assistivas (TA) contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, preparando os estudantes para a participação ativa em diferentes contextos sociais e acadêmicos (Ossada & Rodrigues, 2016).

A inclusão escolar também está fundamentada em políticas públicas e diretrizes legais, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial (Batalla, 2009), que reforçam o direito à educação para todos e estabelecem parâmetros para a criação de práticas pedagógicas inclusivas. Essas diretrizes destacam a importância da formação continuada de professores e da implementação de metodologias adaptadas que atendam às necessidades individuais de cada aluno, contribuindo para a equidade no acesso ao conhecimento.

A aprendizagem significativa, particularmente para alunos com dupla excepcionalidade, exige que o planejamento educativo contemple tanto estratégias cognitivas quanto socioemocionais, de forma a promover o desenvolvimento integral do estudante (Ischkanian et al., 2025). O equilíbrio entre desafios acadêmicos, apoio individualizado e atividades colaborativas contribui para que esses alunos se tornem protagonistas de sua aprendizagem, capazes de interagir com colegas e participar efetivamente das dinâmicas escolares.

O papel das brincadeiras e atividades lúdicas no processo de ensino é também destacado como prática transformadora, pois proporciona oportunidades para que os alunos construam conhecimentos de maneira contextualizada e engajadora, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e comunicacionais (Ischkanian, 2025). Essa abordagem é particularmente eficaz para estudantes com transtornos do espectro autista, permitindo que participem de forma ativa e significativa do ambiente escolar.

A formação contínua de professores é elemento indispensável para a efetivação da inclusão (Mantoan, 2006). Educadores capacitados são capazes de planejar, implementar e avaliar estratégias pedagógicas diversificadas, reconhecer as singularidades dos alunos e

promover ambientes colaborativos, nos quais a diversidade seja compreendida como recurso pedagógico e não como obstáculo.

A construção de ambientes educativos inclusivos requer ainda uma revisão curricular que contemple a diversidade de estilos de aprendizagem e necessidades educacionais. Currículos flexíveis, metodologias adaptativas e avaliação formativa são elementos essenciais para garantir que todos os alunos possam alcançar seu potencial máximo, promovendo justiça educacional e equidade social (Kassar, 2013).

A integração de tecnologias assistivas e estratégias multimodais contribui para a redução de desigualdades e para o fortalecimento da participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades (Rapp, 2014; Zerbato & Mendes, 2018). Essa abordagem permite que conteúdos complexos sejam compreendidos de maneira acessível, estimulando o pensamento crítico, a autonomia e a criatividade, elementos centrais para a formação de cidadãos conscientes e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

A inclusão educacional transcende a escola, pois a participação plena de pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento na vida social depende da promoção de habilidades comunicacionais, cognitivas e socioemocionais desenvolvidas no ambiente escolar (Ischkanian et al., 2025). Essa abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, justa e democrática, na qual a diversidade é reconhecida e valorizada como parte intrínseca da convivência humana.

O desenvolvimento do pensamento crítico, aliado a estratégias pedagógicas multimodais, permite que os alunos não apenas absorvam informações, mas construam conhecimento de forma autônoma e reflexiva, tornando-se capazes de analisar, avaliar e transformar sua realidade, fortalecendo o compromisso com a cidadania e a inclusão social (Cabral, 2025).

A implementação de práticas inclusivas, combinadas com o uso de tecnologias assistivas, metodologias multimodais e formação contínua de educadores, constitui caminho essencial para consolidar uma educação que respeite a diversidade, promova equidade e prepare estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento para a participação plena e significativa na sociedade, garantindo aprendizado transformador e construção de oportunidades equitativas para todos.

A aplicação de estratégias multimodais — que combinam recursos visuais, auditivos, táteis e digitais — surge como prática eficaz para promover o engajamento e a aprendizagem significativa, permitindo que estudantes com diferentes estilos de aprendizagem, incluindo aqueles com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, possam acessar conteúdos de forma equitativa e participativa (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025).

Segundo a Nova Escola (2025), o princípio subjacente é que a aprendizagem é potencializada quando os alunos são expostos a múltiplas formas de representação do conhecimento, interpretação de informações e aplicação prática dos conceitos.

Com apoio da família e da escola e o uso de próteses, o surdo aprende a falar.
Ainda que demore mais tempo, a criança com perda auditiva se alfabetiza.
Com instruções visuais, o aluno com síndrome de Down entende melhor.
Alguns autistas têm habilidades especiais e viram gênios da Matemática ou da informática.
Elementos sensoriais ajudam na comunicação dos estudantes com deficiência múltipla.
Sentados na frente, muitos alunos com baixa visão podem enxergar o quadro.
Um estudante com síndrome de Rett se sai bem se houver estratégias adequadas de comunicação.
Toda criança é capaz de avançar, desde que bem assistida por professores e pela escola.
Adaptações no ambiente escolar facilitam a orientação dos que apresentam deficiência visual.
Alguns temas cativam crianças com síndrome de Asperger.
Alunos com deficiência física, em geral, não têm dificuldades para aprender.

Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/1384/os-fundamentos-das-deficiencias-e-sindromes. Acesso em 09/10/2025.

A abordagem multimodal fortalece competências socioemocionais de forma abrangente, promovendo não apenas a autonomia e a confiança, mas também a capacidade de trabalhar de maneira colaborativa, uma vez que os estudantes são continuamente incentivados a explorar diferentes formas de expressão, incluindo linguagens verbal, visual, corporal e digital, assim como a lidar com múltiplas perspectivas cognitivas e emocionais em situações de aprendizagem diversificadas. Essa estratégia permite que os alunos desenvolvam habilidades de resolução de problemas de forma criativa e crítica, aprendendo a negociar, dialogar e construir soluções coletivas, enquanto reconhecem e valorizam as diferenças individuais presentes no grupo. Ao integrar atividades que envolvem jogos, simulações, debates e projetos interativos, a metodologia multimodal proporciona experiências de aprendizagem ricas, que estimulam a reflexão, a empatia e a tomada de decisão fundamentada, preparando os estudantes para contextos acadêmicos, sociais e profissionais complexos.

A citação de Ischkanian (2012) reforça que a inclusão efetiva não se limita à mera presença física do aluno no ambiente escolar, mas se concretiza quando o ensino se torna flexível, adaptável e genuinamente centrado nas necessidades individuais de cada estudante.

Tabela 1: Ensina-me de diferentes maneiras, pois assim sou capaz de aprender. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012.

Idioma	Tradução
Português	Ensina-me de diferentes maneiras, pois assim sou capaz de aprender. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Inglês	Teach me in different ways, for that way I am able to learn. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Espanhol	Enséñame de diferentes maneras, porque así soy capaz de aprender. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Francês	Enseigne-moi de différentes manières, car ainsi je suis capable d'apprendre. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Italiano	Insegnami in modi diversi, perché così sono in grado di imparare. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Alemão	Lehre mich auf verschiedene Arten, denn so kann ich lernen. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Holandês	Leer mij op verschillende manieren, want zo kan ik leren. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Chinês (Simplificado)	用不同的方式教我，因为这样我才能学习。– Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Japonês	さまざまな方法で私に教えてください、そうすれば私は学ぶことができます。– Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Russo	Учите меня по-разному, потому что так я смогу учиться. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Árabe	علمني بـ طرق مخـ تلـ فة، لأنـ ني بـ ذلك أسـ تطـ يع الـ تعلم. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Hindi	मुझे विभिन्न तरीकों से सिखाइए, क्योंकि इस प्रकार मैं सीखने में सक्षम हूँ। – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Coreano	다양한 방법으로 나를 가르쳐 주세요, 그래야 나는 배울 수 있습니다. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Turco	Bana farklı yollarla öğret, böylece öğrenebilirim. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Sueco	Lär mig på olika sätt, för då kan jag lära mig. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Grego	Δίδαξέ με με διαφορετικούς τρόπους, γιατί έτσι μπορώ να μάθω. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Polonês	Ucz mnie na różne sposoby, bo w ten sposób mogę się uczyć. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Tailandês	สอนฉันในหลายวิธี เพราะฉันจะสามารถเรียนรู้ได้ – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Vietnamita	Dạy tôi bằng nhiều cách, vì như vậy tôi có thể học. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012
Indonésio	Ajari saya dengan cara yang berbeda, karena dengan begitu saya bisa belajar. – Simone Helen Drumond Ischkanian, 2012

Fonte: (Mestrado - SHDI) - Ischkanian, 2012.

A autora destaca que a verdadeira aprendizagem inclusiva requer a personalização das estratégias pedagógicas, de modo que cada aluno possa acessar, compreender e internalizar os conteúdos de acordo com seu ritmo, estilo cognitivo e potencial de desenvolvimento, promovendo, uma participação plena e significativa. Nesse contexto, os recursos multimodais tornam-se instrumentos essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou desafios, possam expressar ideias, interagir com colegas e professores e construir conhecimento de forma ativa e engajada.

A implementação de abordagens multimodais também contribui para reduzir barreiras cognitivas, sociais e emocionais, favorecendo a criação de ambientes educacionais mais democráticos, inclusivos e equitativos, onde a diversidade é reconhecida como elemento enriquecedor do processo de aprendizagem. Ao utilizar múltiplas linguagens e ferramentas de comunicação, os docentes conseguem atender às diferentes formas de aprendizagem presentes na turma, ao mesmo tempo em que estimulam o pensamento crítico, a autoconfiança e a responsabilidade social dos estudantes.

Ademais, essa abordagem potencializa o desenvolvimento de competências transversais essenciais para o século XXI, como a criatividade, a colaboração, a comunicação e a capacidade de adaptação a situações imprevistas, ao mesmo tempo em que fortalece a autoestima e a resiliência dos alunos. Ao explorar múltiplas modalidades de ensino e interação, os educadores criam oportunidades para que cada estudante descubra suas próprias formas de aprendizagem, desenvolvendo estratégias pessoais e coletivas para superar desafios e alcançar metas acadêmicas e sociais.

Ao integrar a abordagem multimodal com princípios de inclusão e personalização, o processo educativo passa a ser mais significativo, relevante e transformador, consolidando a ideia de que a educação deve ser um instrumento de empoderamento, equidade e desenvolvimento integral, promovendo cidadãos capazes de contribuir de forma crítica, criativa e colaborativa para a sociedade.

“Ensina-me de diferentes maneiras, pois assim sou capaz de aprender” (Ischkanian, 2012) não apenas provoca uma reflexão sobre a individualidade do processo educativo, mas estabelece um princípio orientador para a prática pedagógica inclusiva, enfatizando que cada aluno possui formas únicas de compreender, interpretar e interagir com o conhecimento. Essa perspectiva implica que os professores devem diversificar suas estratégias de ensino, adotando abordagens multimodais que integrem recursos visuais, auditivos, táteis e tecnológicos, permitindo que os estudantes se engajem de maneira significativa e autônoma no aprendizado. Ao reconhecer e valorizar a singularidade de cada aluno, a escola deixa de ser

um espaço uniforme e padronizado e passa a funcionar como um ambiente dinâmico, capaz de atender às necessidades cognitivas, emocionais e sociais de toda a comunidade estudantil.

A reflexão proposta por Ischkanian (2012) reforça a importância de uma pedagogia centrada no estudante, na qual a avaliação contínua, a adaptação curricular e a utilização de metodologias ativas tornam-se instrumentos essenciais para o desenvolvimento integral. Essa abordagem permite que os alunos com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento não apenas acompanhem o currículo regular, mas também participem ativamente das atividades, ampliando suas habilidades de comunicação, raciocínio crítico e resolução de problemas. Ao estimular a exploração de diferentes modos de aprendizagem, a prática inclusiva contribui para a construção de autonomia, confiança e engajamento, estabelecendo as bases para a formação de cidadãos conscientes, capazes de interagir de forma colaborativa e criativa em diversos contextos sociais e acadêmicos.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A metodologia adotada para o delineamento do presente artigo fundamenta-se em um estudo de caráter bibliográfico e exploratório, que permite compreender de maneira aprofundada os conceitos, práticas e estratégias relacionadas às comunicações inclusivas na educação e na sociedade (Creswell, 2021; Gil, 2018). A abordagem bibliográfica consiste em uma revisão sistemática de livros, artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos, proporcionando uma base sólida para a análise interpretativa do tema, permitindo ao pesquisador mapear a produção científica existente e identificar lacunas, tendências e contribuições relevantes.

A escolha por essa abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os significados, sentidos e processos relacionados às práticas pedagógicas contemporâneas, indo além da mera quantificação de dados (Vergara, 2014). Essa modalidade de investigação busca interpretar a complexidade dos fenômenos educacionais, valorizando a análise crítica das produções teóricas já consolidadas, e permitindo uma compreensão ampla do impacto das estratégias multimodais sobre a aprendizagem e a participação de alunos com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento.

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela investigação bibliográfica, cujo objetivo principal é reunir, sistematizar e analisar de maneira crítica a produção científica existente sobre o tema, compreendendo obras previamente publicadas como artigos, livros, dissertações, periódicos e documentos eletrônicos (Richardson, 1999; Severino, 2016). Este tipo de pesquisa permite ao pesquisador construir um referencial teórico consistente,

identificar lacunas na literatura e propor reflexões inovadoras sobre a inclusão e a comunicação multimodal em contextos educacionais.

Além da abordagem bibliográfica, a pesquisa possui caráter documental, uma vez que foram considerados materiais disponibilizados em bases digitais e científicas, contendo dados e informações essenciais para refletir sobre o objeto de estudo. Foram selecionadas publicações presentes em livros, revistas científicas, jornais e plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico, considerando critérios de atualidade, relevância temática e rigor acadêmico, garantindo a consistência teórica e a qualidade das informações analisadas (Lakatos & Marconi, 2010; Quivy & Campenhoudt, 2008).

O processo de coleta de dados iniciou-se com o levantamento das palavras-chave mais recorrentes na literatura da área, como cultura maker, metodologias ativas, aprendizagem significativa, tecnologia educacional, design universal para aprendizagem e recursos multimodais (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). Este procedimento possibilitou identificar um conjunto amplo de artigos e publicações que abordam o tema sob diferentes perspectivas, permitindo uma análise crítica e plural dos conceitos, práticas e desafios relacionados à inclusão educacional e à comunicação multimodal.

Em seguida, realizou-se a leitura exploratória de títulos e resumos, com o intuito de filtrar os textos mais aderentes aos objetivos da pesquisa. Esta etapa buscou selecionar materiais que apresentassem relevância, consistência teórica e diversidade de enfoques, garantindo que a análise contemplasse diferentes dimensões do tema, incluindo aspectos pedagógicos, tecnológicos, sociais e epistemológicos. A triagem criteriosa permitiu que o corpus de estudo fosse composto por produções de alta qualidade e aplicabilidade acadêmica.

Após a seleção inicial, os textos foram submetidos à leitura analítica detalhada, com o objetivo de identificar elementos comuns, divergências, tensões conceituais e contribuições singulares (Sousa, Oliveira & Alves, 2021). A análise seguiu um modelo interpretativo, baseado na categorização temática e no cruzamento de informações, permitindo que os achados fossem organizados em uma narrativa coerente e articulada, capaz de evidenciar tendências, práticas e lacunas no campo das comunicações inclusivas.

O cruzamento de dados foi realizado a partir de categorias definidas de acordo com os objetivos específicos do estudo, contemplando aspectos como metodologias multimodais, utilização de tecnologias assistivas, práticas de inclusão escolar, desenvolvimento socioemocional e fortalecimento de competências cognitivas (Gil, 2008; Lakatos & Marconi, 2017). Essa estratégia possibilitou identificar padrões recorrentes, assim como diferenças

contextuais e conceituais entre as produções analisadas, enriquecendo a interpretação crítica do material bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica também permitiu compreender a importância da aplicação de estratégias multimodais na construção de um ambiente inclusivo, evidenciando que a utilização de recursos visuais, auditivos, táteis e digitais favorece o aprendizado ativo, a interação social, a autonomia e a participação efetiva de estudantes com diferentes necessidades educativas (Ischkanian, 2012; Cabral, 2025). Ao correlacionar essas informações, foi possível identificar boas práticas e recomendações teóricas que orientam a atuação de professores e gestores escolares na promoção de uma educação mais equitativa e acessível.

A investigação documenta revelou que a inclusão efetiva não depende apenas da presença física do aluno na escola, mas da implementação de práticas pedagógicas adaptáveis, personalizadas e centradas nas necessidades individuais, permitindo a construção de aprendizagens significativas (Ischkanian et al., 2025; Demo et al., 2025). A literatura destaca que estratégias multimodais, aliadas a tecnologias assistivas e metodologias ativas, representam ferramentas essenciais para a redução de barreiras e para o fortalecimento do protagonismo estudantil.

Outro ponto relevante identificado na análise foi a importância da formação continuada de professores e educadores, garantindo que estejam preparados para planejar e aplicar atividades inclusivas de maneira consistente (Batalla, 2009; ONU, 1994). A bibliografia evidencia que a capacitação docente deve contemplar aspectos pedagógicos, tecnológicos e socioemocionais, promovendo a sensibilização para a diversidade e a adoção de práticas inclusivas que favoreçam a participação plena de todos os alunos.

A análise dos documentos e publicações científicas reforçou a relevância da integração entre teoria e prática, evidenciando que a reflexão crítica sobre metodologias e estratégias inclusivas é fundamental para a evolução do ensino e para a consolidação de políticas educacionais mais justas e equitativas (Mantoan, 2006; Rapp, 2014). O cruzamento de dados também possibilitou identificar lacunas na literatura, indicando a necessidade de pesquisas futuras que explorem a aplicação efetiva das estratégias multimodais em diferentes contextos escolares e culturais.

A metodologia adotada evidencia que a investigação bibliográfica e documental, associada à análise interpretativa, permite compreender o fenômeno da inclusão educacional de forma complexa, articulando aspectos teóricos, pedagógicos e sociais. Essa abordagem possibilita que os pesquisadores construam uma visão ampla e crítica do tema, apoiando

recomendações práticas e estratégicas para a implementação de comunicações inclusivas e estratégias multimodais na educação (Santos, 2009; Ossada & Rodrigues, 2016).

Bastos (2005) enfatiza que a psicopedagogia aplicada aos portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento fornece subsídios teóricos e metodológicos essenciais para compreender as necessidades individuais de aprendizagem, reforçando a importância de abordagens multimodais que garantam a inclusão efetiva e significativa desses estudantes nas práticas escolares.

Batalla (2009) destaca que a Política Nacional de Educação Especial, quando articulada à perspectiva inclusiva brasileira, serve como referência normativa e ética para a implementação de estratégias pedagógicas que assegurem o acesso e a participação de alunos com deficiência, fortalecendo o compromisso da escola com a equidade e a justiça social.

Boneti (2006) demonstra que o entendimento das políticas públicas educacionais é indispensável para a estruturação de práticas inclusivas, uma vez que a regulamentação e o planejamento governamental condicionam diretamente a disponibilidade de recursos e a formação docente voltada à educação inclusiva.

Brasil (2011) apresenta o Código de Ética da Psicopedagogia como um guia normativo que legitima a atuação dos profissionais na educação inclusiva, ao enfatizar o respeito às diferenças, a promoção de estratégias individualizadas e a necessidade de compreender o aluno em sua totalidade para garantir aprendizagem significativa.

Cabral (2025) evidencia que o desenvolvimento do pensamento crítico, aplicado de forma estruturada em sala de aula, potencializa a autonomia, o raciocínio reflexivo e a participação ativa dos alunos, constituindo um recurso pedagógico estratégico para o fortalecimento de competências socioemocionais dentro de contextos inclusivos.

Creswell (2021) contribui para a pesquisa ao fornecer diretrizes metodológicas que orientam a adoção de abordagens qualitativas e mistas, permitindo interpretar as múltiplas dimensões das práticas inclusivas e analisar criticamente os resultados obtidos em estudos sobre educação e neurodesenvolvimento.

Demo et al. (2025) mostram que estratégias pedagógicas adaptadas para alunos com dislexia, como o uso de materiais diversificados e atividades multimodais, promovem aprendizagem significativa e participação equitativa, reforçando a importância de métodos flexíveis e centrados nas necessidades do estudante.

Gil (2018; 2008) fundamenta a pesquisa ao apresentar técnicas de elaboração de projetos e métodos de investigação social que possibilitam o planejamento estruturado de estudos sobre inclusão educacional, oferecendo critérios de rigor científico e análise sistemática da literatura especializada.

IBGE (2003) fornece dados estatísticos e geográficos essenciais para contextualizar a inclusão educacional no Brasil, permitindo compreender a distribuição demográfica de pessoas com deficiência e planejar ações pedagógicas e políticas públicas que promovam acessibilidade e participação.

Ischkanian et al. (2024) evidenciam que a pedagogia contemporânea, quando aplicada com sensibilidade às necessidades individuais, permite que alunos com diferentes perfis cognitivos e emocionais participem plenamente das atividades escolares, fortalecendo a inclusão como prática cotidiana e não apenas como princípio teórico.

Ischkanian (2025a) demonstra que brincadeiras e atividades lúdicas constituem ferramentas pedagógicas fundamentais para o processo de aprendizagem de estudantes com TEA, pois estimulam a comunicação, a interação social e o desenvolvimento cognitivo de forma natural e significativa.

Ischkanian (2023) reforça que a atuação do professor no contexto da educação inclusiva deve ser pautada em conhecimento especializado, planejamento adaptativo e sensibilidade às particularidades de cada aluno, promovendo equidade e aprendizagem efetiva.

Ischkanian et al. (2025a) abordam a neuropsicopedagogia aplicada a alunos com Transtorno do Espectro Autista e T21, mostrando que estratégias individualizadas e adaptadas podem reduzir barreiras cognitivas, favorecer o engajamento e possibilitar o desenvolvimento integral do estudante dentro do ambiente escolar.

Ischkanian (2024) contribui para a compreensão do processo de alfabetização de crianças com TEA, mapeando práticas e recursos que potencializam a aquisição da linguagem e da leitura de forma adaptada, inclusiva e centrada no aluno.

Ischkanian (2023) fornece um panorama sobre projetos de educação inclusiva voltados ao autismo, demonstrando a relevância de diretrizes estruturadas para a integração de alunos com necessidades específicas, garantindo participação plena e significativa na vida escolar.

Ischkanian et al. (2025b) enfatizam que práticas inclusivas para alunos com dupla excepcionalidade exigem planejamento diferenciado, uso de recursos multimodais e avaliação contínua, destacando a importância de uma abordagem holística que considere tanto as habilidades quanto as dificuldades do estudante.

Januzzi (2004) e Kassar (2013) contextualizam historicamente a educação especial no Brasil, permitindo compreender os avanços e desafios da inclusão escolar, evidenciando como políticas, práticas pedagógicas e conscientização social moldam a implementação efetiva de estratégias que promovam a participação de todos os alunos.

A metodologia escolhida fortalece a validade e a relevância do estudo, oferecendo um panorama consolidado da produção científica existente sobre comunicações inclusivas na educação e sociedade, além de subsidiar futuras investigações e intervenções pedagógicas. O processo metodológico detalhado garante rigor acadêmico, consistência teórica e suporte sólido para a construção de análises críticas e fundamentadas, contribuindo para o avanço do conhecimento e da prática educacional inclusiva.

2.2. OS 4 PILARES DA COMUNICAÇÃO INCLUSIVA PARA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Os quatro pilares da comunicação inclusiva para aprendizagem na educação e sociedade, conforme propostos pela UNESCO, constituem fundamentos essenciais para uma educação equitativa, abrangente e significativa, centrada na participação de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, sendo capazes de desenvolver-se cognitivamente, socialmente e emocionalmente de forma integrada e respeitosa (Mantoan, 2006; Mazzotta, 2005).

O primeiro pilar, aprender a conhecer, enfatiza a necessidade de desenvolver a curiosidade, o pensamento crítico e a capacidade de aprender a aprender, promovendo a exploração ativa do conhecimento e a construção de conceitos de forma ampla e contextualizada, de acordo com Menezes (2012), que destaca a importância de experiências educacionais significativas para a compreensão do mundo que nos cerca.

Aprender a conhecer envolve também estratégias pedagógicas que ampliem a autonomia intelectual dos estudantes, incentivando a formulação de perguntas, a análise de informações e a resolução de problemas em contextos variados, fortalecendo competências cognitivas essenciais para a vida escolar e social, como apontam Ischkanian (2024) e Marin e Góes (2006) em suas pesquisas sobre educação inclusiva e práticas colaborativas.

O segundo pilar, aprender a fazer, refere-se à capacidade de aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas, desenvolvendo competências profissionais e habilidades socioemocionais, permitindo que os estudantes transponham o aprendizado teórico para atividades concretas e participem ativamente do processo educativo.

Aprender a fazer implica também trabalhar em equipe, compartilhar responsabilidades, solucionar problemas de forma criativa e utilizar diferentes ferramentas pedagógicas e recursos digitais, como destacam Ischkanian (2025) e Menezes (2012), fortalecendo o engajamento social e a cooperação entre pares e promovendo a inclusão efetiva de alunos com necessidades específicas.

O terceiro pilar, aprender a viver juntos, destaca a importância da convivência social, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade como elementos centrais para a construção de ambientes educacionais inclusivos, nos quais a empatia, o diálogo e a colaboração entre alunos e professores promovam interações significativas.

Aprender a viver juntos demanda práticas que incentivem a escuta ativa, a compreensão das singularidades de cada indivíduo e a criação de estratégias pedagógicas que possibilitem a participação equitativa em atividades coletivas, garantindo que a diversidade seja integrada como um recurso enriquecedor para o aprendizado e para a formação cidadã, destacando a relevância da inclusão digital e do uso de tecnologias assistivas na perspectiva de Mendonça (2016) e Ischkanian (2024).

Este pilar também se relaciona com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a construção de valores éticos, permitindo que os alunos reconheçam suas responsabilidades dentro do grupo e compreendam a importância da colaboração, da solidariedade e do respeito mútuo.

O quarto pilar, aprender a ser, visa o desenvolvimento integral do indivíduo, promovendo autonomia, autoestima e construção de valores éticos, morais e emocionais, constituindo-se como elemento central para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de atuar de forma responsável na sociedade, como apontam Ischkanian (2025) e Menezes (2012).

Aprender a ser implica também considerar os aspectos socioemocionais dos alunos por meio de atividades lúdicas, projetos colaborativos e metodologias personalizadas, que promovam resiliência, confiança e engajamento, fortalecendo o protagonismo do estudante e garantindo participação efetiva, especialmente em contextos inclusivos que envolvam alunos com transtornos do espectro autista ou dupla excepcionalidade.

A articulação entre os quatro pilares fortalece a comunicação inclusiva na educação, permitindo que cada dimensão complemente a outra e promova um ensino holístico, capaz de integrar conhecimento, prática, convivência e desenvolvimento pessoal, assegurando que todos os alunos participem de forma plena e significativa do processo educativo.

Essa integração possibilita que a escola se torne um espaço de equidade, onde a diversidade de estilos de aprendizagem, ritmos e necessidades individuais seja respeitada e onde a aplicação de metodologias multimodais e tecnologias adaptativas garanta a aprendizagem efetiva, estimulando a participação ativa e o protagonismo do aluno, como demonstram Ischkanian (2024) e Menezes (2012).

O desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, aliado à promoção de valores éticos e à construção de relações colaborativas, evidencia que a

comunicação inclusiva vai além da adaptação física do ambiente escolar, exigindo transformações pedagógicas, culturais e sociais que potencializam a inclusão e a equidade, conforme enfatizam Mazzotta (2005) e Mantoan (2006).

Os quatro pilares, quando aplicados de maneira articulada, favorecem a construção de currículos inclusivos, planejamento docente consciente e avaliação diversificada, assegurando que o ensino respeite as necessidades individuais e promova oportunidades equitativas de aprendizagem, contribuindo para a redução de desigualdades educacionais e sociais.

A comunicação inclusiva, fundamentada nos pilares da UNESCO, constitui-se como uma estratégia educativa capaz de transformar a escola em um ambiente democrático, participativo e acolhedor, no qual cada estudante, independentemente de suas habilidades ou desafios, possa aprender de maneira plena, desenvolver seu potencial e participar ativamente da vida escolar e social (Mantoan, 2006; Ischkanian, 2024).

A implementação efetiva desses pilares requer formação continuada de professores, políticas públicas adequadas e recursos pedagógicos diversificados, garantindo que a educação inclusiva não seja apenas um princípio teórico, mas uma prática cotidiana capaz de gerar mudanças concretas no aprendizado e na sociedade.

2.2.1. Aprender a conhecer

Aprender a conhecer significa desenvolver a curiosidade, o pensamento crítico e a capacidade de aprender a aprender, focando na aquisição de conhecimentos e na compreensão do mundo que nos cerca (Mantoan, 2006; Ischkanian, 2024). Para que isso seja efetivo, é fundamental propor atividades diversificadas que permitam aos alunos explorar informações, refletir criticamente sobre elas e criar conexões significativas entre os conteúdos aprendidos e a realidade cotidiana.

Mapas conceituais interativos proporcionam aos estudantes a oportunidade de organizar ideias e conceitos de maneira visual, relacionando diferentes informações para compreender conteúdos complexos de forma articulada, estimulando a reflexão e o raciocínio crítico e fortalecendo a capacidade de síntese e análise (Ischkanian, 2024).

Debates estruturados são atividades essenciais para desenvolver a argumentação fundamentada, a escuta ativa e a avaliação de múltiplas perspectivas sobre um mesmo tema, promovendo não apenas o pensamento crítico, mas também habilidades socioemocionais como empatia e respeito pelas opiniões divergentes (Cabral, 2025).

Pesquisas guiadas incentivam os alunos a investigar temas de interesse utilizando fontes variadas, ensinando-os a selecionar informações relevantes, avaliar sua confiabilidade e

sintetizar os dados coletados, o que contribui diretamente para a autonomia intelectual e para o desenvolvimento de competências de aprendizagem autônoma (Demo et al., 2025).

Estudos de caso oferecem aos estudantes a possibilidade de analisar problemas reais com profundidade, identificando causas, efeitos e soluções possíveis, de modo a exercitar a tomada de decisão baseada em evidências e a compreensão crítica da realidade, promovendo aprendizagem contextualizada e significativa (Ischkanian, 2025).

Diários de aprendizagem são instrumentos que estimulam os alunos a registrar descobertas, dúvidas e reflexões pessoais sobre os conteúdos estudados, promovendo a metacognição e fortalecendo o autoconhecimento, permitindo que cada estudante reconheça seus avanços e dificuldades individuais (Mantoan, 2006).

Jogos de perguntas e respostas constituem atividades lúdicas que desafiam o conhecimento prévio dos estudantes e incentivam a investigação ativa, promovendo curiosidade, retenção de informações e a motivação intrínseca para explorar novos conteúdos de forma engajada (Ischkanian, 2024).

Projetos interdisciplinares permitem relacionar conteúdos de diferentes áreas, ajudando os alunos a compreender como os conceitos se conectam e se aplicam no mundo real, fortalecendo a capacidade de análise crítica, síntese de informações e visão sistêmica do conhecimento (Mazzotta, 2005).

Experimentos científicos constituem uma forma concreta de aprendizado, em que a observação direta e a experimentação permitem aos estudantes formular hipóteses, testar ideias e analisar resultados, promovendo compreensão prática, reflexão e construção de conhecimento de forma investigativa (Ischkanian, 2025).

Leitura crítica de textos consiste em analisar artigos, livros ou notícias, questionando argumentos, identificando vieses e inferindo informações implícitas, promovendo discernimento intelectual, capacidade interpretativa e pensamento reflexivo (Cabral, 2025).

Aprendizagem baseada em problemas (PBL) envolve a resolução de situações complexas e reais, exigindo pesquisa, análise e colaboração entre os alunos, o que favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, curiosidade investigativa e pensamento crítico aplicado (Demo et al., 2025).

A criação de blogs ou portfólios digitais possibilita que os estudantes publiquem suas descobertas, registros de aprendizado e reflexões, estimulando não apenas a organização e síntese das informações, mas também a expressão criativa e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas associadas à aprendizagem ativa (Ischkanian, 2024).

Atividades de comparação e contraste permitem que os alunos identifiquem semelhanças e diferenças entre conceitos, culturas ou fenômenos, fortalecendo a capacidade de análise detalhada, raciocínio lógico e percepção crítica das relações entre elementos distintos (Mazzotta, 2005).

Entrevistas e questionários oferecem oportunidades para os estudantes coletarem dados, interagirem com outras pessoas e analisarem informações de maneira crítica, desenvolvendo habilidades de pesquisa, comunicação e interpretação de dados (Ischkanian, 2025).

Aprendizagem por analogias e metáforas ajuda a compreender conceitos complexos por meio de comparações e representações simbólicas, estimulando a criatividade, o pensamento abstrato e a construção de conexões significativas entre conteúdos novos e experiências prévias (Mantoan, 2006).

Debriefing após atividades práticas consiste em discutir os resultados de experimentos, simulações ou jogos, promovendo a reflexão sobre acertos e erros, consolidando aprendizagens, promovendo autocrítica e reforçando a capacidade de análise e interpretação de situações (Demo et al., 2025).

Exploração de recursos multimodais, como vídeos, animações, podcasts e infográficos, permite que os estudantes compreendam um mesmo conceito por diferentes vias sensoriais, favorecendo a diversidade de estratégias de aprendizagem e garantindo maior inclusão para alunos com diferentes estilos cognitivos e necessidades educativas (Ischkanian, 2024).

Criação de apresentações colaborativas possibilita que os alunos sintetizem informações, elaborem argumentos e compartilhem suas conclusões, promovendo interação social, aprendizado cooperativo e desenvolvimento de habilidades de comunicação e pensamento crítico (Cabral, 2025).

Resolução de enigmas e desafios lógicos fortalece o raciocínio, a capacidade de inferência e a atenção aos detalhes, estimulando a curiosidade intelectual e a persistência diante de problemas complexos (Ischkanian, 2025).

Aprendizagem autorregulada permite que os alunos planejem, monitorem e avaliem o próprio progresso, desenvolvendo autonomia, autocrítica e estratégias próprias de estudo, alinhando-se plenamente ao conceito de aprender a aprender e consolidando a capacidade de construir conhecimento de maneira independente (Ischkanian, 2024; Mantoan, 2006).

2.2.2. Aprender a fazer:

Aprender a fazer refere-se à habilidade de aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas, desenvolvendo competências profissionais e fortalecendo a capacidade de atuar de forma eficaz em contextos reais, contemplando tanto habilidades técnicas quanto socioemocionais, o que é essencial para formar indivíduos aptos a enfrentar desafios complexos e multifacetados na sociedade contemporânea (Mazzotta, 2005; Ischkanian, 2024). Este pilar enfatiza que a aprendizagem não se limita à memorização de conteúdos teóricos, mas se concretiza quando o estudante consegue transformar conhecimento em ação, seja em atividades escolares, projetos interdisciplinares ou experiências de vida prática, promovendo a autonomia, a iniciativa e a resolução de problemas de forma criativa e colaborativa (Cabral, 2025).

A integração de atividades práticas permite que os alunos experimentem diferentes estratégias, testem hipóteses e aprendam com erros e acertos, desenvolvendo pensamento crítico, autoconfiança e capacidade de adaptação a novas situações, habilidades indispensáveis para a vida profissional e social (Demo et al., 2025). Projetos colaborativos em que os estudantes devem planejar, executar e avaliar tarefas em grupo promovem a cooperação, o diálogo e a negociação, fortalecendo competências de liderança, empatia e comunicação eficaz, elementos essenciais para o trabalho em equipe e a aprendizagem significativa (Ischkanian, 2025).

Atividades de laboratório ou simulações práticas proporcionam a vivência de situações concretas, permitindo que os estudantes associem conceitos teóricos a experiências reais, consolidando o conhecimento de forma aplicada e desenvolvendo habilidades motoras, cognitivas e sociais simultaneamente (Mantoan, 2006). O uso de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem por problemas e oficinas práticas, fortalece a capacidade de análise, planejamento e execução de tarefas, estimulando a autonomia, a tomada de decisões fundamentadas e a responsabilidade pelo próprio aprendizado (Ischkanian, 2024).

A participação em feiras de ciência, exposições artísticas ou competições acadêmicas oferece aos alunos oportunidades de demonstrar habilidades práticas, comunicar resultados de maneira estruturada e desenvolver criatividade, motivação intrínseca e senso de realização pessoal, elementos que reforçam a competência para aprender fazendo (Cabral, 2025). O desenvolvimento de competências digitais, por meio do uso de ferramentas tecnológicas, softwares educativos e plataformas de produção colaborativa, permite que os estudantes apliquem conhecimentos de forma inovadora, conectando teoria e prática em ambientes diversificados e inclusivos (Ischkanian, 2025).

Atividades de estudo de campo e visitas técnicas possibilitam aos alunos observar fenômenos, interagir com profissionais de diferentes áreas e compreender a aplicabilidade prática do conhecimento, incentivando a curiosidade investigativa, a análise crítica e a contextualização das aprendizagens no mundo real (Mazzotta, 2005). Exercícios de resolução de problemas complexos em contextos simulados ou reais exigem dos estudantes a articulação de conhecimentos de diferentes disciplinas, raciocínio lógico, planejamento estratégico e colaboração, consolidando a aprendizagem aplicada e o desenvolvimento de competências transversais (Demo et al., 2025).

Oficinas de criação, fabricação ou prototipagem promovem a experimentação e o aprendizado prático, estimulando habilidades manuais, criatividade, inovação e capacidade de resolução de desafios, favorecendo a autonomia e a confiança na execução de tarefas complexas (Ischkanian, 2024). O desenvolvimento de habilidades de comunicação em situações práticas, como apresentações, debates e mediação de conflitos, fortalece a competência para expressar ideias de forma clara e persuasiva, trabalhar em equipe e assumir responsabilidades, aspectos fundamentais do aprender a fazer (Cabral, 2025).

Aprendizagem cooperativa, por meio de tarefas em grupo, projetos conjuntos e estudos colaborativos, promove a interdependência positiva, o compartilhamento de responsabilidades e a construção coletiva de conhecimento, consolidando habilidades sociais e profissionais essenciais para a integração no ambiente escolar e na sociedade (Ischkanian, 2025).

A implementação de práticas de autogestão de projetos, nas quais os alunos definem objetivos, planejam etapas e avaliam resultados, favorece o desenvolvimento de autonomia, organização, senso crítico e responsabilidade pessoal, consolidando a capacidade de aprender por meio da ação (Mantoan, 2006).

Treinamentos práticos e role-playing permitem aos estudantes simular situações profissionais ou sociais, desenvolvendo empatia, tomada de decisão ética e habilidades práticas, fortalecendo o vínculo entre conhecimento teórico e experiência real (Ischkanian, 2024).

O desenvolvimento de portfólios de atividades práticas possibilita acompanhar o progresso, refletir sobre as estratégias utilizadas e consolidar aprendizagens, promovendo autoconhecimento, registro crítico e planejamento contínuo de melhorias (Cabral, 2025).

Atividades de resolução de casos reais, como estudos de problemas comunitários ou ambientais, estimulam a aplicação de conhecimentos em contextos significativos, incentivando análise crítica, trabalho colaborativo e criatividade na busca de soluções eficazes (Demo et al., 2025).

Exercícios de planejamento e execução de eventos escolares ou culturais fortalecem habilidades de organização, liderança, negociação e colaboração, desenvolvendo competências práticas essenciais para o cotidiano escolar e social (Ischkanian, 2025).

A prática de habilidades técnicas específicas, como programação, experimentação científica, manipulação de instrumentos ou técnicas artísticas, promove a proficiência prática, o domínio de ferramentas relevantes e a capacidade de aplicar conhecimentos em diferentes contextos (Mazzotta, 2005).

Mentoria e orientação entre pares permitem que estudantes mais experientes compartilhem conhecimentos, estratégias e práticas, promovendo aprendizagem colaborativa, troca de experiências e desenvolvimento de habilidades de liderança e comunicação (Ischkanian, 2024).

Aprendizagem em contextos reais de trabalho, como estágios, voluntariado ou visitas técnicas, oferece experiências práticas essenciais para consolidar competências profissionais, desenvolver autonomia e aplicar conhecimentos em situações concretas (Cabral, 2025).

A integração entre teoria e prática, por meio de exercícios, projetos e atividades aplicadas, garante que os estudantes aprendam não apenas a conhecer, mas também a executar, solucionar problemas e atuar de forma crítica, colaborativa e ética em diferentes contextos, consolidando assim o pilar do aprender a fazer como um elemento central da educação inclusiva e da formação integral.

2.2.3. Aprender a viver juntos

Aprender a viver juntos destaca a importância da convivência social, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade, pois ao vivenciar a interação com indivíduos de distintas origens, habilidades e perspectivas, os alunos desenvolvem competências essenciais para a vida em sociedade, como empatia, cooperação, tolerância e resolução de conflitos, consolidando uma cultura de inclusão e cidadania (Moschini & Schmidt, 2012). Este pilar enfatiza que a educação não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas deve criar oportunidades para que os estudantes aprendam a compartilhar experiências, negociar soluções, dialogar de forma respeitosa e compreender as necessidades e emoções dos outros, promovendo assim um ambiente escolar harmonioso e socialmente consciente.

A implementação de atividades práticas que incentivem a colaboração, como trabalhos em grupo, projetos interdisciplinares, debates e jogos cooperativos, fortalece a habilidade dos alunos de interagir positivamente, reconhecer diferenças individuais e valorizar contribuições diversas, construindo relações saudáveis e fortalecendo a inteligência

emocional, a empatia e a responsabilidade social (Cabral, 2025; Demo et al., 2025). Ao vivenciar situações de cooperação, os estudantes aprendem a respeitar opiniões divergentes, a mediar conflitos e a desenvolver senso crítico sobre a própria postura e a dos colegas, consolidando a importância de aprender a viver juntos como um elemento central da educação inclusiva (Ischkanian, 2025).

Atividades culturais, artísticas e esportivas proporcionam oportunidades únicas para interação e expressão coletiva, permitindo que os alunos explorem valores sociais, normas de convivência e respeito mútuo, além de desenvolverem habilidades de comunicação, liderança e trabalho em equipe, fundamentais para a participação efetiva na comunidade escolar e na sociedade em geral (Mentoan, 2006; Marin & Góes, 2006). A experiência de vivenciar a diversidade cultural e social estimula a abertura ao diálogo, a cooperação intergeracional e a compreensão das múltiplas formas de conhecimento e expressão, fortalecendo o compromisso com a inclusão e a equidade (Ischkanian, 2024).

O envolvimento em projetos de voluntariado, ações comunitárias e atividades de cidadania permite aos estudantes aplicar princípios éticos e sociais em situações reais, promovendo senso de responsabilidade coletiva, solidariedade e participação ativa, elementos essenciais para a formação de indivíduos socialmente conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Mendonça, 2016; Mazzotta, 2005).

A aprendizagem colaborativa mediada por tecnologias digitais e recursos multimodais oferece novas oportunidades para interação entre pares e grupos heterogêneos, possibilitando o compartilhamento de ideias, a realização de trabalhos conjuntos e a valorização da diversidade de contribuições, consolidando habilidades sociais e cognitivas que fortalecem a competência de viver juntos de forma respeitosa e produtiva (Ischkanian, 2025; Cabral, 2025).

O estímulo à comunicação inclusiva, por meio de linguagem acessível, Libras, recursos visuais e audiovisuais, favorece a participação ativa de todos os alunos, garantindo que aqueles com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento possam interagir plenamente, contribuindo para a construção de relações equitativas, confiança mútua e colaboração constante no ambiente escolar (Ischkanian, 2024; Moschini & Schmidt, 2012).

Discussões orientadas sobre ética, direitos humanos, diversidade cultural e inclusão social fortalecem o pensamento crítico e a reflexão moral dos alunos, permitindo que compreendam a importância do respeito às diferenças e da construção de comunidades educativas solidárias, preparadas para enfrentar os desafios da convivência em sociedades plurais e complexas (Mazzotta, 2005; Demo et al., 2025).

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autorregulação, cooperação e assertividade, torna-se essencial para o aprendizado de viver juntos, uma vez que permite aos estudantes identificar e compreender as emoções próprias e alheias, resolver conflitos de forma construtiva e construir relações saudáveis, promovendo a integração social e o fortalecimento do sentimento de pertencimento (Ischkanian, 2024; Cabral, 2025).

Atividades que promovam o conhecimento das culturas, histórias e experiências de diferentes grupos sociais contribuem para a valorização da diversidade, estimulando o respeito e a curiosidade pelo outro, ampliando horizontes e reduzindo preconceitos, estereótipos e formas de exclusão, consolidando o pilar de aprender a viver juntos como uma dimensão essencial da educação inclusiva (Marin & Góes, 2006; Mentoan, 2006).

Exercícios de mediação de conflitos, simulações de negociações e práticas de tomada de decisão coletiva permitem aos estudantes exercitar habilidades de diálogo, negociação e consenso, fortalecendo a capacidade de atuar de forma colaborativa em situações complexas, promovendo a empatia e o entendimento das necessidades de diferentes participantes, consolidando competências sociais indispensáveis para a vida em comunidade (Ischkanian, 2025; Mazzotta, 2005).

O incentivo à criação de grupos de estudo, clubes temáticos e atividades extracurriculares favorece a interação entre alunos com interesses e habilidades diversas, permitindo que compartilhem conhecimentos, aprendam uns com os outros e construam redes de apoio, fomentando a solidariedade, a colaboração e o senso de pertencimento à escola e à sociedade (Demo et al., 2025; Cabral, 2025).

A inclusão de histórias, narrativas e experiências de vida de diferentes indivíduos no currículo escolar estimula o reconhecimento da diversidade e o respeito às trajetórias alheias, fortalecendo a empatia, a compreensão cultural e o aprendizado social, e contribuindo para formar cidadãos capazes de conviver de forma harmônica e colaborativa (Ischkanian, 2024; Moschini & Schmidt, 2012).

Atividades de dramatização, teatro educativo e role-playing permitem aos alunos vivenciar perspectivas alheias, compreender conflitos, explorar sentimentos e soluções e desenvolver habilidades de comunicação, empatia e cooperação, fortalecendo a capacidade de viver juntos de maneira prática e significativa (Mazzotta, 2005; Ischkanian, 2025).

Projetos interdisciplinares que envolvam planejamento coletivo, execução de tarefas e avaliação compartilhada estimulam o trabalho em equipe, o respeito às contribuições individuais e a reflexão conjunta sobre resultados, consolidando habilidades sociais,

cognitivas e emocionais, fundamentais para o desenvolvimento da competência de viver juntos (Cabral, 2025; Demo et al., 2025).

Atividades que promovam a inclusão digital, como plataformas colaborativas, fóruns online e produção de conteúdos multimodais, favorecem a interação entre alunos com diferentes habilidades e contextos, permitindo a construção coletiva do conhecimento e a vivência de experiências inclusivas e significativas (Ischkanian, 2025; Mendonça, 2016).

O incentivo à participação em conselhos escolares, fóruns de debate e assembleias estudantis desenvolve a cidadania ativa, o senso de responsabilidade social e a capacidade de atuar de forma colaborativa em decisões coletivas, consolidando a habilidade de aprender a viver juntos como prática cotidiana e essencial para a educação inclusiva.

2.2.4. Aprender a ser

Aprender a ser visa o desenvolvimento integral do indivíduo, valorizando suas potencialidades e promovendo sua autonomia, estimulando a capacidade de tomada de decisão, autoconhecimento e responsabilidade pessoal, enquanto incentiva a construção de valores éticos, morais e emocionais essenciais para a convivência em sociedade (Ossada & Rodrigues, 2016). Este pilar enfatiza que a educação deve ir além da aquisição de conteúdos acadêmicos, proporcionando experiências que fortaleçam a identidade, a autoestima e a resiliência do aluno, preparando-o para enfrentar desafios e tomar decisões conscientes em diferentes contextos de sua vida.

A promoção do aprender a ser envolve práticas pedagógicas que favoreçam o autodesenvolvimento e a reflexão crítica sobre as próprias atitudes e escolhas, estimulando competências socioemocionais e a consciência ética, permitindo que cada estudante compreenda a importância de suas ações no convívio coletivo e no fortalecimento de relações interpessoais saudáveis (Pacheco, Eggertsdóttir & Marinósson, 2007). Ao integrar atividades que promovam autonomia, empatia e valores humanos, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de colaborar de forma efetiva em diferentes ambientes.

O uso de tecnologias assistivas e recursos digitais pode potencializar o aprendizado do ser, oferecendo meios para que estudantes com diferentes habilidades expressem ideias, participem ativamente de atividades e desenvolvam sua autonomia emocional e cognitiva (Ossada & Rodrigues, 2016). Projetos interdisciplinares, atividades artísticas, culturais e esportivas possibilitam vivências significativas que fortalecem a

autoconfiança, a cooperação e a compreensão dos próprios limites e capacidades, promovendo o crescimento pessoal e social de forma integrada.

O pilar aprender a ser também enfatiza a importância do desenvolvimento ético e moral, preparando os alunos para tomar decisões pautadas em princípios de justiça, respeito e solidariedade, promovendo a formação de uma consciência social crítica e engajada (Pacheco, Eggertsdóttir & Marinósson, 2007). Ao estimular a autonomia, a reflexão sobre valores e a construção de identidade, a educação inclusiva fortalece não apenas competências cognitivas, mas também habilidades socioemocionais, consolidando a base para uma vida plena e participativa em sociedade.

2.3. ADAPTAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CANAIS COMUNICATIVOS

A adaptação e diversificação de canais comunicativos constituem elementos centrais para a construção de uma educação inclusiva e de uma sociedade mais equitativa, pois garantem que todas as pessoas tenham acesso à informação e possam expressar-se de forma eficaz, independentemente de suas habilidades ou limitações sensoriais, cognitivas ou motoras (Sander, 2005). Ao considerar diferentes formas de percepção e expressão, a comunicação inclusiva não apenas amplia o alcance da mensagem, mas também fortalece a participação ativa de indivíduos com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, promovendo autonomia e engajamento em múltiplos contextos.

O uso de recursos visuais, como pictogramas, legendas e sinais luminosos, constitui uma estratégia eficaz para tornar conteúdos acessíveis, facilitando a compreensão e a assimilação de informações complexas por estudantes com diferentes perfis de aprendizagem, incluindo aqueles com deficiência auditiva ou dificuldades de processamento cognitivo (Santos, 2009). Estes recursos oferecem uma linguagem alternativa que reforça conceitos apresentados oralmente, permitindo que a aprendizagem ocorra de maneira multimodal e colaborativa, promovendo experiências significativas de interação e compreensão.

Tecnologias assistivas, como sintetizadores de voz, leitores de tela e aplicativos de comunicação alternativa, desempenham um papel crucial ao ampliar as possibilidades de expressão e de acesso à informação, garantindo que alunos com limitações motoras, visuais ou cognitivas possam participar efetivamente das atividades escolares e sociais (Sander, 2005). Tais ferramentas permitem que cada estudante utilize os canais comunicativos mais adequados às suas necessidades, fortalecendo a autonomia e a independência no processo de aprendizagem.

A integração de Libras, legendas em tempo real e audiodescrição em eventos educacionais e sociais evidencia o compromisso com a inclusão e a valorização da

diversidade, ao reconhecer e respeitar diferentes modos de comunicação (Santos, 2009). Essa prática promove a equidade, assegurando que todos os participantes tenham condições de compreender e interagir, independentemente de suas habilidades sensoriais.

A diversificação de canais comunicativos também favorece a aprendizagem colaborativa, ao permitir que alunos com diferentes estilos de comunicação participem de discussões, projetos e atividades em grupo, fortalecendo a empatia, a compreensão mútua e a construção conjunta do conhecimento (Sander, 2005). Ao oferecer múltiplas formas de acesso à informação, a escola cria um ambiente mais democrático e inclusivo, onde cada indivíduo sente-se valorizado e ouvido.

O desenvolvimento de materiais didáticos adaptados, que incorporem imagens, símbolos, legendas e recursos digitais interativos, representa uma prática eficaz para atender às necessidades de estudantes com deficiência intelectual ou transtornos de aprendizagem, promovendo maior compreensão e retenção de conteúdos (Santos, 2009). Estes materiais permitem que os conceitos sejam apresentados de diferentes maneiras, ampliando a percepção e consolidando a aprendizagem.

A utilização de softwares educativos, aplicativos de comunicação aumentativa e alternativas digitais possibilita a personalização do ensino, permitindo que cada estudante avance em seu próprio ritmo e explore estratégias que melhor atendam às suas necessidades, promovendo um aprendizado mais significativo e engajante (Sander, 2005). A tecnologia, nesse contexto, não substitui a interação humana, mas potencializa a comunicação e o acesso ao conhecimento.

A implementação de sistemas de alertas visuais e sonoros, combinados com pictogramas e instruções claras, contribui para a segurança e orientação de alunos com deficiência sensorial em ambientes escolares, sociais e comunitários, garantindo que possam participar de atividades cotidianas de forma independente e segura.

Atividades colaborativas, que integrem diferentes canais de comunicação, como apresentações multimodais, debates com tradução em Libras e recursos audiovisuais, estimulam o engajamento de todos os participantes e promovem a compreensão de múltiplas perspectivas, consolidando competências comunicativas e sociais essenciais.

O treinamento de professores e mediadores educacionais no uso de tecnologias assistivas e recursos multimodais é essencial para garantir a eficácia da comunicação inclusiva, pois possibilita que os profissionais identifiquem, adaptem e implementem estratégias adequadas às necessidades individuais de cada aluno.

A avaliação contínua das estratégias comunicativas aplicadas é fundamental para verificar sua eficácia, identificar lacunas e aprimorar práticas pedagógicas, garantindo que a

informação seja compreendida por todos e que a participação não seja limitada por barreiras comunicativas (Sander, 2005).

O uso de legendas em tempo real e recursos de audiodescrição em apresentações, filmes e eventos culturais amplia o acesso à informação e à participação social, permitindo que pessoas com deficiência visual ou auditiva compreendam o conteúdo de maneira integral e se engajem ativamente (Santos, 2009).

A integração de recursos visuais e tecnológicos em atividades cotidianas, como exercícios escolares, reuniões pedagógicas e oficinas comunitárias, promove a inclusão de estudantes com diferentes habilidades, fortalecendo a autonomia e incentivando a colaboração entre pares.

O estímulo ao uso de aplicativos de comunicação alternativa permite que alunos não verbais ou com dificuldades de fala possam se expressar, participar de decisões coletivas e interagir de forma efetiva, promovendo a inclusão real nas dinâmicas escolares e sociais.

O desenvolvimento de conteúdos multimodais, que combinem texto, imagem, som e interação digital, contribui para que a informação alcance diferentes estilos de aprendizagem, respeitando a diversidade de percepções e garantindo que todos os alunos compreendam e internalizem o conhecimento.

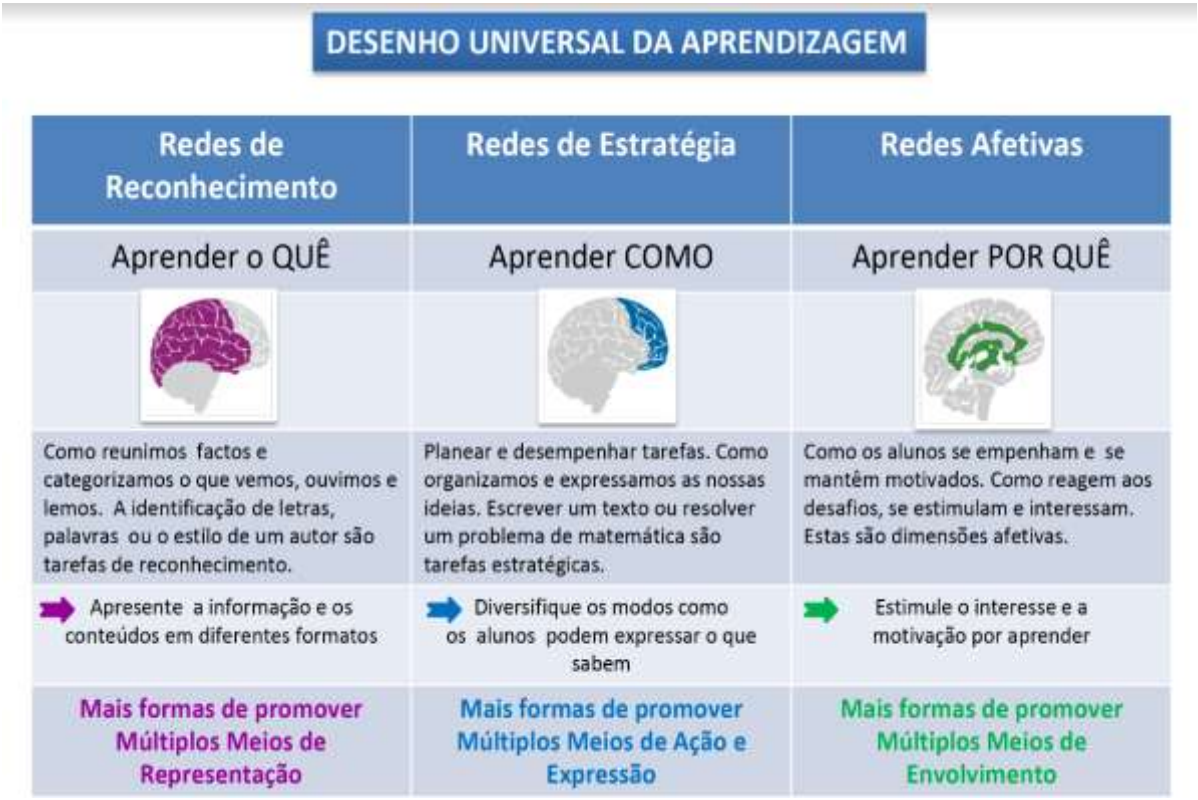
A adaptação e diversificação de canais comunicativos refletem o compromisso ético e pedagógico de construir uma educação inclusiva, na qual cada indivíduo é valorizado, ouvido e incentivado a participar plenamente das atividades educacionais e sociais, contribuindo para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.4. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO MULTIMODAL E FLEXÍVEL

O planejamento pedagógico multimodal e flexível é um elemento essencial para a promoção de ambientes de aprendizagem acessíveis a estudantes com diferentes necessidades, estilos cognitivos e formas de perceber o mundo, uma vez que considera a diversidade como um recurso para potencializar o desenvolvimento integral de todos os alunos (Cast, 2018). A aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) permite organizar experiências educativas que respeitem os diferentes modos de engajamento, representação e expressão, garantindo que cada estudante possa acessar, processar e produzir conhecimento de maneira significativa e autônoma.

O uso de materiais didáticos em múltiplos formatos, como textos, áudios, vídeos e objetos manipuláveis, constitui uma estratégia eficaz para atender à pluralidade de estilos de aprendizagem, proporcionando diversas vias de acesso à informação e promovendo o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento (Slomski, 2010). Esses recursos

multimodais estimulam tanto a compreensão quanto a retenção do conteúdo, permitindo que conceitos complexos sejam explorados de maneira concreta e contextualizada, favorecendo a aprendizagem significativa.


DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM
Redes de Reconhecimento
Redes de Estratégia
Redes Afetivas
Aprender o QUÊ
Aprender COMO
Aprender POR QUÊ
Como reunimos factos e categorizamos o que vemos, ouvimos e lemos. A identificação de letras, palavras ou o estilo de um autor são tarefas de reconhecimento.
Planear e desempenhar tarefas. Como organizamos e expressamos as nossas ideias. Escrever um texto ou resolver um problema de matemática são tarefas estratégicas.
Como os alunos se empenham e se mantêm motivados. Como reagem aos desafios, se estimulam e interessam. Estas são dimensões afetivas.
Apresente a informação e os conteúdos em diferentes formatos
Diversifique os modos como os alunos podem expressar o que sabem
Estimule o interesse e a motivação por aprender
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Representação
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Ação e Expressão
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Envolvimento

Fonte: CAST (2018) – https://ensinofundamental1.comunidades.net/educacao-especial. Acesso em 09/10/2025.

A organização de atividades que valorizem respostas orais, escritas, visuais e motoras demonstra a importância de reconhecer e respeitar os ritmos individuais, promovendo equidade no acesso ao conhecimento e à participação ativa de todos os estudantes (Strobel, 2008). Ao diversificar as formas de interação e expressão, o planejamento pedagógico se torna mais inclusivo, reduzindo barreiras cognitivas e sensoriais, e fortalecendo o engajamento emocional e social do aluno.

A flexibilidade na apresentação e produção de conteúdos permite maior engajamento e reduz barreiras à participação, pois cada estudante pode interagir com o conhecimento de acordo com suas capacidades, interesses e necessidades específicas (Tramujas, 2010). Essa flexibilidade envolve tanto a adaptação de materiais quanto a possibilidade de o professor ajustar métodos e estratégias pedagógicas durante o processo de ensino, promovendo uma educação dinâmica e responsiva.

Incorporar tecnologias digitais e assistivas no planejamento pedagógico multimodal representa uma oportunidade de ampliar a autonomia dos estudantes, permitindo-lhes explorar conteúdos de forma interativa e personalizada, favorecendo a comunicação, a colaboração e a

criatividade (UNESCO, 2004). Ferramentas como softwares educativos, leitores de tela e aplicativos de apoio comunicativo contribuem para a eliminação de barreiras, promovendo uma participação mais efetiva e inclusiva.

O planejamento multimodal também deve contemplar atividades colaborativas e projetos interdisciplinares, nos quais os estudantes possam expressar suas ideias por diferentes meios e aprender uns com os outros, fortalecendo habilidades socioemocionais e cognitivas, essenciais para o desenvolvimento integral (Cast, 2018). Tais atividades estimulam a empatia, a cooperação e o respeito às diferenças, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia e a responsabilidade compartilhada na construção do conhecimento.

A adaptação de avaliações e instrumentos de medição de aprendizagem é igualmente importante, permitindo que cada estudante demonstre seu progresso de maneiras que sejam adequadas às suas capacidades e formas de expressão. A avaliação formativa, contínua e diversificada, baseada em múltiplos critérios, oferece feedback valioso para ajustar estratégias pedagógicas e maximizar a aprendizagem de todos os participantes.

A integração de elementos culturais e contextuais nas atividades pedagógicas fortalece o vínculo entre o estudante e o conteúdo, promovendo a relevância do aprendizado e incentivando a participação ativa, além de valorizar as experiências individuais e coletivas de cada aluno (Slomski, 2010). Ao reconhecer a diversidade cultural, o planejamento multimodal contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, sensível e ética.

O planejamento flexível favorece a inclusão de estudantes com transtornos de espectro autista, dislexia, deficiências sensoriais ou motoras, permitindo que cada um utilize canais de aprendizagem que sejam mais adequados ao seu perfil (Tramujas, 2010). Estratégias como a utilização de pictogramas, recursos audiovisuais e atividades manipulativas oferecem caminhos variados para a compreensão e expressão de ideias, ampliando as oportunidades de sucesso escolar.

A colaboração entre professores, psicopedagogos, familiares e demais profissionais de apoio é um elemento chave para garantir que o planejamento pedagógico multimodal seja eficaz e alinhado às necessidades de cada estudante (Strobel, 2008). A comunicação constante e o trabalho em equipe permitem identificar barreiras, compartilhar estratégias bem-sucedidas e adaptar práticas pedagógicas de maneira contínua.

A formação continuada de docentes e mediadores educacionais é essencial para consolidar competências no uso de estratégias multimodais, tecnologias assistivas e recursos diferenciados de ensino (UNESCO, 2004). Professores capacitados conseguem planejar atividades mais inclusivas, ajustar abordagens em tempo real e oferecer experiências de aprendizagem diversificadas, promovendo equidade e qualidade educacional.

O planejamento pedagógico multimodal e flexível constitui uma abordagem estratégica para a construção de ambientes educacionais inclusivos, que respeitam a diversidade, promovem a participação ativa e favorecem o desenvolvimento integral de todos os estudantes, alinhando-se às melhores práticas pedagógicas contemporâneas e às recomendações da UNESCO e de pesquisadores da área.

2.5. FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES E MEDIADORES SOCIAIS

A formação continuada de educadores e mediadores sociais configura-se como um elemento essencial para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade, na medida em que capacita os profissionais a compreender e aplicar práticas comunicativas que considerem as necessidades específicas de cada estudante, integrando dimensões cognitivas, sociais e emocionais, conforme enfatizado por Bastos (2005, apud Rivieri, 1997, p. 128), que destaca a importância de desenvolver habilidades de atenção, comunicação e autonomia pessoal para pessoas com autismo, promovendo bem-estar e experiências positivas no ambiente educativo.

Segundo Bastos (2005, apud Rivieri, 1997, p. 128) o atendimento psicopedagógico deve considerar os seguintes aspectos:

> Promover o bem-estar emocional da pessoa autista, diminuindo suas experiências negativas de medo, ansiedade, frustração, incrementando possibilidades de emoções positivas de serenidade, alegria e auto-estima. • Promover a autonomia pessoal e as competências de auto-cuidado, diminuindo assim sua dependência de outras pessoas. • Aumentar suas possibilidades de comunicação, autoconsciência e controle do próprio comportamento. • Desenvolver habilidades cognitivas e de atenção, que permitam uma relação mais rica com o seu meio ambiente. • Aumentar a liberdade, espontaneidade e flexibilidade de suas ações, assim que estiver preparado. • Aumentar sua capacidade de assimilar e compreender as interações com outras pessoas, assim como sua capacidade de interpretar as intenções dos demais. • Desenvolver técnicas de aprendizagem, baseadas na imitação, aprendizagem de observação. Diminuir aquelas condutas que trazem sofrimento para o próprio sujeito e para os que o rodeiam como as auto-agressões, ações destrutivas. • Desenvolver suas competências comunicativas (Bastos, 2005, apud Rivieri, 1997, p. 128)

A compreensão profunda das particularidades de estudantes com transtornos do espectro autista ou com dupla excepcionalidade requer que os educadores participem de programas de capacitação que incluam não apenas o conhecimento teórico, mas também a vivência prática de situações de aprendizagem diferenciadas, fortalecendo a aplicação de estratégias inclusivas de acordo com o que é sugerido por Ischkanian (2023) sobre a atuação docente frente ao autismo, ao afirmar que o preparo do professor é decisivo para que o estudante se sinta acolhido e consiga se engajar plenamente no processo educativo.

O desenvolvimento de oficinas e treinamentos sobre tecnologias assistivas e sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA) é um aspecto fundamental da formação continuada, pois permite aos profissionais ampliar seus recursos metodológicos e interativos,

facilitando a participação de estudantes com diferentes habilidades de comunicação, conforme indicado por Rapp (2014), que propõe o Design Universal para Aprendizagem como ferramenta estratégica para atender a todos os alunos de maneira efetiva e flexível.

A incorporação de práticas de comunicação acessível, incluindo Libras, linguagem simplificada, pictogramas, legendas e recursos visuais, é um passo indispensável para garantir que a informação seja compreendida e que todos os estudantes possam se expressar de maneira eficaz, reduzindo barreiras e promovendo a equidade educacional, conforme apontam Demo, Ischkanian e Cabral (2025) em estudos sobre estratégias pedagógicas inclusivas para alunos com dislexia, demonstrando a relevância de múltiplos canais de comunicação.

A discussão de casos reais e a análise de situações cotidianas na escola e na comunidade são ferramentas valiosas no processo de formação, pois possibilitam que educadores reflitam sobre as melhores práticas e adaptem seus métodos de acordo com as necessidades observadas, alinhando teoria e prática, conforme recomendado por Visca (1987) ao enfatizar a necessidade de epistemologia convergente na atuação psicopedagógica.

A formação continuada não deve se limitar a cursos pontuais, mas se constituir como um processo contínuo de atualização e aprimoramento, garantindo que professores e mediadores sociais estejam preparados para lidar com a diversidade, aplicar estratégias multimodais e desenvolver ambientes de aprendizagem mais inclusivos, como reforçam Ischkanian, Cabral, Belchior, Silva, Ronque e Demo (2025) em suas pesquisas sobre neuropsicopedagogia e inclusão.

O planejamento de atividades pedagógicas deve ser flexível e multimodal, permitindo que cada estudante participe de maneira ativa e significativa, independentemente de suas habilidades, respeitando diferentes estilos de aprendizagem e proporcionando oportunidades variadas de expressão, o que está em consonância com as propostas de Rapp (2014) sobre o uso do Design Universal para Aprendizagem.

A reflexão crítica sobre práticas educativas e a troca de experiências entre profissionais de diferentes áreas são fundamentais para fortalecer a inclusão, pois permitem a identificação de barreiras invisíveis, o compartilhamento de soluções eficazes e o aprimoramento constante das estratégias pedagógicas, como destaca Demo, Ischkanian e Cabral (2025) ao tratar da adaptação de atividades para alunos com dificuldades específicas de aprendizagem.

O investimento em formação continuada promove também a empatia e a sensibilidade do educador frente às dificuldades e potencialidades de cada estudante, favorecendo relações mais harmoniosas e cooperativas no ambiente escolar, fortalecendo a dimensão socioemocional da aprendizagem, conforme Bastos (2005, apud Rivieri, 1997, p.

128) sugere no desenvolvimento de habilidades de interação e compreensão de intenções de terceiros.

A capacitação docente permite ainda o desenvolvimento de competências para implementar avaliações diversificadas, inclusivas e formativas, garantindo que o progresso dos estudantes seja mensurado de forma justa e alinhada às suas capacidades e necessidades específicas, conforme enfatizam Ischkanian (2023) e Demo, Ischkanian e Cabral (2025), reforçando que a avaliação deve ser parte integrante do processo inclusivo.

A integração entre teoria, prática e tecnologias educacionais viabiliza o acesso pleno ao conhecimento, promovendo autonomia, protagonismo e participação efetiva, de acordo com Rapp (2014), que destaca a importância de múltiplos meios e estratégias para engajar todos os estudantes no aprendizado.

A formação continuada também contribui para a criação de uma cultura inclusiva na escola, na qual diversidade é valorizada e as diferenças individuais são reconhecidas como potencialidades, garantindo um ambiente de aprendizagem equitativo, respeitoso e colaborativo, como discutem Ischkanian (2023) e Bastos (2005, apud Rivieri, 1997, p. 128).

A consolidação de práticas inclusivas por meio da formação de educadores e mediadores sociais é um processo estratégico para transformar a educação e a sociedade, pois assegura que os profissionais estejam capacitados para planejar, executar e avaliar ações pedagógicas que contemplem todos os estudantes, promovendo justiça social, equidade e desenvolvimento integral.

2.6. PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

A participação ativa das pessoas com deficiência e de suas famílias constitui um elemento essencial para a efetivação de uma educação inclusiva que realmente promova equidade e respeito às especificidades individuais, uma vez que, conforme destacado por Pacheco et al. (2007, p.14), um sistema educativo comprometido com a inclusão deve garantir que todas as crianças possam aprender, frequentar classes regulares compatíveis com sua idade, receber programas educativos adequados e currículos ajustados às suas necessidades, participar de atividades co-curriculares e extracurriculares, além de se beneficiar da cooperação entre escola, comunidade e família, estabelecendo assim uma rede de suporte sólida e articulada que potencialize os processos de aprendizagem e socialização.

O fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos sujeitos no processo comunicativo é uma dimensão central dessa participação, pois permite que os estudantes com deficiência não apenas recebam informação, mas também possam expressar suas

necessidades, preferências e opiniões sobre os métodos e recursos utilizados, garantindo que as decisões pedagógicas e sociais sejam verdadeiramente centradas no indivíduo e promovam o desenvolvimento integral, como enfatizam Wing e Gould (1979) ao abordar a complexidade das interações sociais e a necessidade de estratégias diferenciadas para crianças com alterações significativas de interação social.

O envolvimento direto das pessoas com deficiência no planejamento e na avaliação das estratégias comunicativas assegura que as soluções adotadas sejam pertinentes e respeitosas, promovendo ambientes de aprendizagem mais sensíveis e adequados, onde a voz do sujeito é reconhecida como componente indispensável do processo educativo e social, reforçando a ideia de que inclusão não é apenas presença física, mas participação efetiva e significativa em todas as atividades e decisões que impactam o indivíduo, como salienta Pacheco et al. (2007).

Pacheco et. al. (2007, p.14) explica que um sistema de educação que objetiva uma inclusão concreta deve se basear em princípios democráticos que considerem que todos podem aprender desde que suas especificidades sejam respeitadas:

> [...] todas as crianças conseguem aprender, todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade (Pacheco et. al., 2007, p.14)

Criar espaços de escuta ativa e promover mecanismos de feedback contínuo sobre a eficácia das ações inclusivas permite ajustes em tempo real das práticas pedagógicas e sociais, garantindo que cada estratégia aplicada seja compreendida e efetivamente útil para o desenvolvimento do estudante, além de incentivar a responsabilidade compartilhada entre escola, profissionais e famílias, como evidenciado nas análises de Wing e Gould (1979) sobre a importância de avaliar as respostas comportamentais e sociais de crianças com necessidades específicas.

A articulação de parcerias com as famílias é um componente imprescindível para alinhar os recursos e estratégias utilizados na escola, em casa e na comunidade, de modo a proporcionar consistência e continuidade nos processos de aprendizagem e socialização, fortalecendo a rede de suporte do estudante e aumentando a efetividade das intervenções inclusivas, conforme sugerem Pacheco et al. (2007) ao enfatizar a importância da colaboração entre todos os atores envolvidos na educação de crianças com necessidades especiais.

Garantir que a participação seja direta e contínua contribui para que as soluções implementadas não sejam apenas teóricas ou protocolares, mas sim ajustadas à realidade de

cada indivíduo, respeitando suas capacidades, preferências e contextos, reforçando a centralidade do sujeito no processo de inclusão e promovendo empoderamento e autoestima, como também destacam Wing e Gould (1979) ao analisar a relação entre interação social e desenvolvimento de habilidades adaptativas em crianças com alterações no espectro do autismo.

A participação efetiva das famílias contribui para a compreensão mais ampla das necessidades do estudante, oferecendo informações valiosas sobre hábitos, interesses e desafios enfrentados fora do ambiente escolar, permitindo que professores e mediadores sociais ajustem práticas pedagógicas e comunicativas de maneira mais personalizada, garantindo uma educação inclusiva que vá além do cumprimento de normas e políticas.

Envolver os estudantes com deficiência em processos decisórios relacionados às suas rotinas, estratégias de comunicação e atividades escolares promove a internalização de conceitos de cidadania, responsabilidade e autonomia, reforçando competências socioemocionais essenciais e permitindo que os sujeitos sejam agentes ativos de sua própria aprendizagem, como sugerem Wing e Gould (1979) ao destacar a importância do engajamento ativo na construção de habilidades sociais e cognitivas.

Os autores (2025) do presente estudo sobre *Comunicações Inclusivas na Educação e Sociedade: Estratégias Multimodais para a Participação de Pessoas com Deficiência e Transtornos do Neurodesenvolvimento*, destacam que o planejamento de ações educativas que contemplem a escuta das pessoas com deficiência e de suas famílias permite também identificar lacunas e barreiras que poderiam passar despercebidas sem a participação direta dos sujeitos, viabilizando soluções mais eficazes e contextualizadas, alinhadas com os princípios de inclusão e equidade.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) enfatiza que a participação ativa das pessoas com deficiência e de suas famílias nos processos educacionais é essencial para que o planejamento pedagógico e as estratégias multimodais de comunicação sejam verdadeiramente inclusivos, permitindo que cada aluno seja reconhecido em suas singularidades e que sua autonomia e protagonismo sejam efetivamente potencializados no cotidiano escolar e social.

Gladys Nogueira Cabral (2025) ressalta que o engajamento contínuo das famílias e dos próprios estudantes nos processos de decisão relacionados à aprendizagem e às práticas comunicativas não apenas fortalece a construção do conhecimento crítico, mas também amplia a relevância das intervenções pedagógicas, tornando-as mais sensíveis às necessidades individuais e coletivas.

Sandro Garabed Ischkanian (2025) afirma que a inclusão significativa depende da articulação entre escola, comunidade e famílias, de modo que a participação ativa das pessoas com deficiência se traduza em escolhas conscientes sobre metodologias, tecnologias assistivas e modos de expressão, promovendo um ensino plural e adaptado à diversidade cognitiva e sensorial.

Idênis Glória Belchior (2025) destaca que a colaboração entre professores, mediadores e familiares no acompanhamento das práticas comunicativas inclusivas permite a identificação de barreiras e a construção conjunta de soluções, assegurando que os estudantes não sejam apenas receptores passivos, mas sujeitos ativos do processo de aprendizagem.

Palmyra Couto de Oliveira Neta (2025) enfatiza que incluir as famílias na tomada de decisão sobre estratégias pedagógicas e comunicativas fortalece vínculos afetivos e sociais, ampliando a percepção de pertencimento dos alunos e possibilitando a construção de ambientes educativos mais equitativos, empáticos e colaborativos.

Marizuza Ribeiro Paixão Marinho (2025) argumenta que a participação direta das pessoas com deficiência e de suas famílias nos contextos educacionais e sociais é um elemento crucial para a efetivação do ensino inclusivo, pois garante que as adaptações e recursos tecnológicos utilizados sejam contextualizados, pertinentes e eficazes para cada realidade.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) observa que a construção de canais de comunicação multimodais, que envolvam participação familiar e protagonismo do aluno, favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e comunicativas, promovendo não apenas a aprendizagem, mas também a integração social e a autonomia dos estudantes.

Rosimery Mendes Rodrigues (2025) reforça que os processos de inclusão educativa e social são potencializados quando famílias e estudantes participam ativamente do planejamento, implementação e avaliação de estratégias pedagógicas, permitindo que os recursos multimodais sejam utilizados de forma crítica, reflexiva e direcionada às necessidades reais de cada indivíduo.

Rosalina Leal da Silva (2025) destaca que a participação ativa é indispensável para a construção de políticas e práticas educacionais inclusivas, pois possibilita que os programas e currículos sejam adaptados de forma contextualizada, respeitando a diversidade e promovendo oportunidades equitativas de aprendizado para todos.

Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes (2025) afirma que envolver os familiares e os próprios estudantes na definição de estratégias de comunicação inclusiva

contribui para a efetividade do ensino, pois promove a corresponsabilidade, a empatia e a consciência coletiva sobre os direitos à educação, à participação e à autonomia.

Mariza Barreto Leal Dias (2025) argumenta que a interação entre escola, estudante e família fortalece a aprendizagem significativa, já que as práticas pedagógicas podem ser continuamente ajustadas a partir do feedback ativo das partes envolvidas, ampliando a relevância, a eficiência e a humanização das ações educacionais inclusivas.

Gabriel Nascimento de Carvalho (2025) ressalta que a participação ativa das famílias e dos estudantes em contextos educacionais e sociais possibilita a construção de experiências de aprendizagem mais contextualizadas e personalizadas, que respeitam o ritmo, as habilidades e as preferências de cada pessoa, favorecendo a autonomia e a inclusão plena.

Neusa Venditte (2025) enfatiza que a inclusão efetiva exige o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, e que a participação ativa das pessoas com deficiência e de suas famílias não apenas garante o acesso à informação e aos recursos multimodais, mas também consolida a prática da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade no cotidiano educativo.

A integração entre escola, comunidade e família fortalece a aprendizagem colaborativa, estimula a cooperação e favorece a construção de ambientes educativos mais democráticos, nos quais todos os atores reconhecem e valorizam as potencialidades de cada estudante.

Promover a participação ativa também contribui para a construção de uma cultura inclusiva sustentável, na qual a diversidade é percebida como riqueza e cada sujeito é respeitado em sua individualidade, resultando em práticas pedagógicas e sociais mais conscientes, sensíveis e eficazes.

O envolvimento de pessoas com deficiência e suas famílias no processo educativo permite o desenvolvimento de habilidades de autoavaliação, reflexão crítica e comunicação assertiva, fortalecendo a capacidade de interagir e negociar em diferentes contextos sociais e escolares, como ressaltam Wing e Gould (1979) ao discutir estratégias para superar limitações de interação social e promover inclusão efetiva.

As estratégias participativas garantem que as adaptações e recursos utilizados sejam continuamente aprimorados com base em experiências reais, aumentando a pertinência das intervenções e o impacto positivo na aprendizagem, socialização e bem-estar emocional dos estudantes.

A participação ativa, além de beneficiar diretamente os estudantes, fortalece também o vínculo entre escola e comunidade, incentivando um ambiente de cooperação, respeito

mútuo e compromisso coletivo com a educação inclusiva, como enfatizam Wing e Gould (1979) ao analisar os efeitos das interações sociais e do engajamento comunitário no desenvolvimento infantil.

Assegurar que as pessoas com deficiência e suas famílias tenham voz ativa e possam influenciar de maneira significativa as decisões educacionais e sociais representa um pilar indispensável para consolidar práticas de inclusão genuínas, uma vez que permite que as políticas, metodologias e recursos pedagógicos sejam desenhados a partir das necessidades reais de cada indivíduo, promovendo não apenas a participação, mas também o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem e na vida comunitária, contribuindo de forma direta para a construção de ambientes mais acessíveis, equitativos e acolhedores, e fortalecendo a autonomia e o empoderamento das pessoas com deficiência.

Essa abordagem amplia a noção de inclusão, integrando aspectos pedagógicos, sociais e familiares, de modo que cada ação planejada ou intervenção educacional considere o contexto singular de cada estudante e sua rede de apoio, possibilitando uma comunicação mais efetiva, uma tomada de decisão compartilhada e um engajamento ativo nas atividades escolares e comunitárias, reafirmando a relevância dos princípios democráticos descritos por Pacheco et al. (2007, p.14) e consolidando a compreensão das implicações de déficits sociais e comunicativos apontadas por Wing e Gould (1979), evidenciando que a inclusão plena exige escuta, colaboração e corresponsabilidade entre escolas, famílias e sociedade.

Garantir essa participação ativa contribui para que as práticas de educação inclusiva deixem de ser apenas formais ou simbólicas e passem a refletir mudanças estruturais e culturais, estimulando a criação de estratégias multimodais de comunicação, adaptando o ensino às capacidades, preferências e ritmos individuais, e promovendo experiências de aprendizagem significativas que valorizam a diversidade cognitiva, sensorial e emocional, reforçando a ideia de que a inclusão é um processo contínuo, dinâmico e fundamentado no respeito aos direitos e à dignidade de todos os sujeitos.

Ao integrar a participação das famílias e dos próprios estudantes nas decisões pedagógicas e sociais, é possível criar um ciclo virtuoso de feedback e aprimoramento das práticas inclusivas, garantindo que os recursos tecnológicos, materiais didáticos e metodologias aplicadas sejam constantemente avaliados e ajustados, promovendo maior eficácia na aprendizagem, maior engajamento dos alunos e o fortalecimento da rede de apoio comunitária, corroborando com os estudos de Pacheco et al. (2007, p.14) e com os dados clínicos e epidemiológicos sobre interações sociais e déficits comunicativos observados por Wing e Gould (1979).

Essa participação ativa também favorece a construção de habilidades socioemocionais essenciais, como empatia, cooperação, assertividade e resolução de conflitos, não apenas entre os estudantes, mas entre toda a comunidade escolar, permitindo que a diversidade seja compreendida e valorizada como um recurso pedagógico e social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados, capazes de atuar em uma sociedade que respeita diferenças e promove justiça social.

Do ponto de vista educacional, a voz das famílias e dos estudantes com deficiência possibilita que os professores e mediadores sociais planejem e implementem estratégias inclusivas mais eficazes, adaptando atividades, recursos e metodologias às necessidades individuais, e garantindo que a aprendizagem seja não apenas acessível, mas também significativa, ampliando a compreensão e aplicabilidade do conteúdo escolar, como reforçado pelas análises de Pacheco et al. (2007, p.14) e pelos estudos de Wing e Gould (1979) sobre déficits sociais e interação em crianças com necessidades especiais.

Em termos de política educacional, assegurar essa participação ativa permite que gestores, planejadores e formuladores de políticas públicas compreendam melhor as demandas específicas das pessoas com deficiência, promovendo ajustes curriculares, investimentos em tecnologia assistiva e programas de capacitação docente que valorizem a inclusão e a diversidade, gerando impactos positivos de longo prazo na qualidade do ensino e na equidade educacional, alinhando-se aos princípios de cidadania e democracia.

Do ponto de vista psicossocial, a inclusão real baseada na participação ativa favorece a redução de barreiras de comunicação e isolamento social, estimulando o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e comunicativas dos estudantes, permitindo que eles se tornem agentes ativos de seu próprio processo educativo e social, e promovendo um ambiente de aprendizagem que integra aspectos afetivos e relacionais essenciais à formação integral, como demonstrado nos estudos de Wing e Gould (1979).

Essa abordagem reforça que a inclusão não deve se limitar à presença física do aluno na escola, mas deve englobar sua participação plena nas atividades, decisões e avaliações pedagógicas, garantindo que ele tenha influência real sobre o processo de aprendizagem, acesso aos recursos adequados e possibilidade de expressar suas necessidades e opiniões, consolidando práticas inclusivas que refletem respeito, equidade e corresponsabilidade entre todos os atores envolvidos.

Adicionalmente, envolver famílias e estudantes fortalece a implementação de estratégias multimodais de comunicação, permitindo que sinais visuais, gestuais, tecnológicos ou auditivos sejam utilizados de maneira integrada e contextualizada, promovendo maior compreensão, engajamento e interação, e garantindo que a comunicação inclusiva seja efetiva,

dinâmica e adaptada às características de cada indivíduo, em consonância com as análises de Wing e Gould (1979).

A presença e participação ativa da família também possibilitam o monitoramento contínuo do progresso do estudante, fornecendo dados qualitativos e quantitativos que orientam ajustes pedagógicos e o uso de tecnologias assistivas, favorecendo a personalização do ensino e garantindo que os objetivos de aprendizagem sejam atingidos de forma sustentável e significativa, reforçando a importância dos princípios de cooperação e corresponsabilidade.

No contexto social mais amplo, a inclusão baseada na participação ativa fortalece a consciência coletiva sobre diversidade, direitos e cidadania, incentivando práticas comunitárias inclusivas, estimulando o respeito às diferenças e promovendo interações sociais mais equitativas e democráticas, elementos essenciais para a construção de uma sociedade que valoriza a equidade e a justiça social, conforme discutido por Wing e Gould (1979) em relação aos impactos das barreiras sociais sobre o desenvolvimento infantil.

Assegurar a participação ativa das pessoas com deficiência e de suas famílias é uma estratégia indispensável para consolidar uma educação inclusiva efetiva, criar ambientes de aprendizagem colaborativos e flexíveis, fomentar a autonomia e o protagonismo dos estudantes, e fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade, garantindo que cada indivíduo tenha oportunidades concretas de desenvolvimento integral, alinhando-se aos preceitos de Pacheco et al. (2007, p.14) e às evidências observadas por Wing e Gould (1979) sobre a importância da interação social para o aprendizado e bem-estar das crianças com necessidades especiais.

3. CONCLUSÃO

A adoção de comunicações inclusivas na educação e na sociedade evidencia-se como um caminho essencial para assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições, possam participar de forma plena e significativa nos espaços educacionais, sociais e culturais, fortalecendo a ideia de que a diversidade não é um obstáculo, mas um recurso valioso para o aprendizado e para a construção coletiva do conhecimento.

Ao implementar estratégias multimodais, que contemplam diferentes formas de expressão e compreensão, é possível criar ambientes acessíveis, nos quais estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento possam interagir de maneira efetiva, colaborar com colegas e desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais que contribuem para sua autonomia e protagonismo.

A participação ativa das famílias e da comunidade escolar torna-se um elemento central nesse processo, permitindo que as decisões pedagógicas sejam tomadas com base nas necessidades reais dos estudantes, promovendo um engajamento contínuo e fortalecendo vínculos entre escola, família e sociedade, gerando impactos positivos tanto no aprendizado quanto no bem-estar emocional e social dos indivíduos.

O planejamento pedagógico flexível, aliado ao uso de recursos tecnológicos, materiais diversificados e metodologias inovadoras, contribui para que o ensino seja adaptável, inclusivo e significativo, possibilitando que cada estudante encontre caminhos próprios para aprender, se expressar e participar, fortalecendo sua confiança, criatividade e capacidade de resolução de problemas.

A formação continuada de educadores e mediadores sociais representa uma estratégia indispensável para consolidar práticas inclusivas, garantindo que profissionais estejam preparados para compreender, aplicar e aprimorar recursos de comunicação e metodologias que respeitem a singularidade de cada aluno, promovendo uma cultura escolar mais acolhedora, colaborativa e democrática.

O engajamento em atividades que valorizam a diversidade de habilidades, ritmos de aprendizagem e formas de interação favorece a construção de ambientes mais empáticos, cooperativos e respeitosos, nos quais estudantes aprendem não apenas conteúdos acadêmicos, mas também habilidades socioemocionais fundamentais para a vida em sociedade, fortalecendo o senso de pertencimento e inclusão.

Garantir que todos os alunos tenham acesso a um aprendizado completo e equitativo contribui para reduzir desigualdades educacionais, ampliando oportunidades e fomentando uma educação que valoriza a diversidade como elemento enriquecedor do processo pedagógico, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

O investimento em estratégias multimodais de comunicação, aliado à participação das famílias e da comunidade, permite que a inclusão seja efetiva, transformando a escola em um espaço de cidadania, respeito e colaboração, no qual cada estudante se sente reconhecido, valorizado e capaz de contribuir de forma significativa para o coletivo.

A consolidação de comunicações inclusivas na educação e na sociedade representa um avanço concreto em direção a um modelo de aprendizagem e convivência mais justo, democrático e participativo, no qual a diversidade é celebrada, a autonomia é fortalecida e todos os sujeitos têm a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades, promovendo uma transformação positiva que repercute em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A.M.B.P. A psicopedagogia aplicada aos portadores de T.I.D. IN: CAMARGO JR, Walter. (coord.). **Transtornos invasivos do desenvolvimento. Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005, p. 127-131.

BATALLA, Denise Valduga. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**. Vol. 19, N. 1, p.77-89, 2009.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BRASIL. **Código de ética da psicopedagogia.** 2011.

CABRAL, Gladys Nogueira. **Benefícios e estratégias do pensamento crítico: o caminho para um raciocínio mais eficaz.** In: CABRAL, Gladys Nogueira. (org.). Unindo Saberes: Caminhos para o desenvolvimento do pensamento crítico, formação e inovação educacional. *Volume 2*. Formiga (MG): Editora MultiAtual. 174 p. Il. ISBN 978-65-6009-159-7. DOI: 10.5281/zenodo.15136248. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; VIEIRA, Nívea Maria Costa; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Estratégias pedagógicas inclusivas para alunos com dislexia no Ensino Fundamental I.** 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143414199/Estrat%C3%A9gias_pedag%C3%B3gicas_inclusivas_para_alunos_com_dislexia_no_ensino_F1. Acesso em: 10 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Base cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo: versão 1.0 para ArcGis Desktop-ArcView. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; TEIXEIRA, Andreia de Lima Aragão; SILVA, Milca Ruiz da; SILVA, Lucas Serrão da; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neuza. **O desafio da inclusão escolar: como a pedagogia contemporânea contribui para a educação inclusiva.** 2024. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/160305770/o-desafio-da-inclusao-escolar. Acesso em: 9 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. B**rincadeiras na construção do processo de aprendizagem do autista.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2025. Disponível em: https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2018/09/75-jogos-e-brincadeiras-na-aprendizagem-do-autista-1.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Autismo e a atuação do professor.** Campinas: PAICA, 2023. Disponível em: https://paicacampinas.org/uploads/2023/12/AUTISMO-E-A-ATUA%C3%87%C3%83O-DO-PROFESSOR.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; BELCHIOR, Idênis Glória; SILVA, Francisca Araújo da; RONQUE, Wanessa Delgado Silva; DEMO, Giane. **Neuropsicopedagogia e inclusão: transtornos e distúrbios de aprendizagem e o T21.** 2025. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/161188382/neuropsicopedagogia-e-inclusao-t-21. Acesso em: 8 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **TEA e alfabetização: mapeamento e análise.** *Revista Brasileira de Educação Básica*, v. 70, p. 1-15, 19 nov. 2024. Disponível em: https://rbeducacaobasica.com.br/2024/11/19/tea-e-alfabetizacao-mapeamento-e-analise/. Acesso em: 8 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Projeto: Autismo e Educação.** 2023. Repositório Institucional da UFPB. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/VKOC22042024. Acesso em: 8 out. 2025.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; VENDITTE, Neusa**. Práticas inclusivas que promovam aprendizagem significativa para alunos com dupla excepcionalidade.** 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/143942261/PRATICAS_INCLUSIVAS_QUE_FAVORECAM_A_APRENDIZAGEM_SIGNIFICATIVA_PARA_ALUNOS_COM_DUPLA_EXCEPCIONALIDADE. Acesso em: 8 out. 2025.

JANUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M. **Uma breve história da educação das pessoas com deficiência no Brasil.** In: MELETTI, S. M. F., KASSAR, M. C. M (Org.). Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão Escolar: **o que é? Por quê? Como fazer?**. 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006.

MARIN, C. R.; GÓES, M. C. R. **A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 231-249, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDONÇA, ANA ABADIA DOS SANTOS. **Inclusão Digital das Pessoas com Deficiência na Escola**. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016.

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. **Inclusão Escolar de alunos com autismo**: quem ensina e quem aprende. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MITTLER, Peter. **Da exclusão à inclusão.** In: Educação inclusiva: contextos sociais**.** Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOSCHINI, R.; SCHMIDT, C. **Considerações Acerca da Esquizofrenia e Transtornos Globais do Desenvolvimento na Infância.** IX ANPED Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIENCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, DF, 1994.

OSSADA, Sandra Aparecida Ribeiro; RODRIGUES, Silvia Cristina Martini. **A Tecnologia da Informação em colaboração na comunicação dos deficientes auditivos. FaSCi-Tech**, v. 1, n. 10, 2016.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAPP, W. H. **Universal Design for Learning in Action: 100 Ways to Teach All Learners**. Paul H. Br ed. Baltimore, London, Sydney: 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANDER, B. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Denise Morais. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas.** Rio de Janeiro**:** Universidade Cândido Mendes, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SLOMSKI, V. G. **Educação Bilíngue para Surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá, 2010.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis**: Ed. Da UFSC, 2008.

TRAMUJAS, Joseli Quintana. **A psicopedagogia e a aprendizagem nos transtornos de espectro autista.** Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2010.

UNESCO. **Changing Teaching Practices**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica:** epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

WING, L.; GOULD, J. **Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children:** Epidemiology and classification. Journal of Autism and Developmental Disorders, 1979.

XAVIER, M. S. **Acessibilidade curricular**: refletindo sobre conceitos e o trabalho pedagógico. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, 2018

E-BOOK - 2025

COMUNICAÇÕES INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

ESTRATÉGIAS MULTIMODAIS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

A VALORIZAÇÃO DA VOZ DE CADA INDIVÍDUO É UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Marizuza Ribeiro Paixão Marinho
Silvana Nascimento de Carvalho
Rosimery Mendes Rodrigues
Rosalina Leal da Silva
Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes
Mariza Barreto Leal Dias
Gabriel Nascimento de Carvalho
Neusa Venditte

A valorização da voz de cada indivíduo é um princípio fundamental para a construção de uma educação inclusiva e de uma sociedade democrática, pois garante que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, deficiências ou condições cognitivas, possam expressar-se e participar ativamente das decisões que impactam suas vidas. Reconhecer e respeitar a singularidade de cada estudante ou cidadão é essencial para promover equidade, justiça social e aprendizagem significativa, estabelecendo um ambiente em que todos se sintam parte do processo coletivo e capazes de contribuir com suas ideias e perspectivas.

Garantir que cada pessoa seja ouvida vai além do simples ato de escutar; implica criar condições para que a comunicação seja acessível, clara e adaptável às necessidades de cada indivíduo, valorizando diferentes modos de expressão, como linguagem verbal, sinais, pictogramas, tecnologias assistivas e recursos multimodais. A comunicação inclusiva fortalece a autonomia, permitindo que os sujeitos se envolvam ativamente em atividades educacionais, sociais e comunitárias, desenvolvendo habilidades cognitivas, socioemocionais e práticas que contribuem para a construção de uma sociedade mais participativa e justa.

No contexto educacional, dar voz aos estudantes significa reconhecer que suas experiências, ritmos de aprendizagem e formas de perceber o mundo são únicas, e que essas diferenças não devem ser barreiras, mas fontes de enriquecimento coletivo. Estratégias multimodais, adaptadas a diferentes estilos de aprendizagem, promovem o engajamento de todos, facilitam a compreensão de conteúdos complexos e estimulam o pensamento crítico, além de fortalecerem relações interpessoais baseadas em empatia, cooperação e respeito mútuo.

As famílias também desempenham papel central nesse processo, pois são parceiras essenciais na construção de práticas educativas inclusivas, colaborando na adaptação de recursos, no planejamento de atividades e no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Garantir que as famílias tenham voz e participação ativa contribui para alinhar esforços, criar continuidade entre escola e lar e assegurar que cada ação pedagógica seja coerente com as necessidades e potencialidades de cada indivíduo.

No âmbito social, assegurar que pessoas com deficiência possam expressar-se e serem compreendidas amplia sua participação cidadã, fortalece o protagonismo e reduz barreiras que historicamente perpetuaram a exclusão. A comunicação inclusiva permite que essas pessoas contribuam com suas experiências, opiniões e soluções em diferentes contextos, desde espaços educacionais até a vida comunitária, reforçando a importância da diversidade de perspectivas para o desenvolvimento coletivo e democrático da sociedade.

A escuta ativa e o respeito à voz de cada indivíduo promovem empoderamento, autoestima e motivação, favorecendo a autonomia e a tomada de decisões conscientes. Quando os sujeitos percebem que suas opiniões são valorizadas e que podem influenciar resultados, desenvolvem confiança e engajamento, criando um ciclo virtuoso de participação, colaboração e construção de conhecimento compartilhado.

A tecnologia desempenha um papel estratégico nesse cenário, pois ferramentas digitais e recursos de comunicação alternativa permitem que barreiras físicas, cognitivas ou sensoriais sejam superadas, tornando a expressão e a participação mais acessíveis e eficazes. A integração de diferentes canais comunicativos, como audiodescrição, legendas em tempo real, Libras e aplicativos de apoio, amplia o alcance das mensagens, garante a inclusão de todos os indivíduos e fortalece a ideia de que cada voz tem valor e deve ser ouvida.

Comunicar-se de forma inclusiva é construir uma cultura que respeita, compreende e valoriza a diversidade humana, onde todos têm espaço para contribuir, aprender e ensinar. A educação e a sociedade se beneficiam quando a voz de cada pessoa é considerada, pois cada perspectiva agrega conhecimento, promove inovação e fortalece relações mais justas, cooperativas e solidárias. A prática da comunicação inclusiva é, assim, um elemento transformador que potencializa o desenvolvimento humano integral, social e acadêmico, garantindo que ninguém seja deixado de fora do processo de aprendizagem e cidadania.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) destaca que a comunicação inclusiva representa uma ferramenta essencial para transformar o ambiente educacional em um espaço de aprendizado significativo e equitativo, ressaltando que a utilização de estratégias multimodais permite que os estudantes com diferentes habilidades se expressem, interajam e construam conhecimento de maneira autônoma, promovendo não apenas sua participação

ativa, mas também o fortalecimento da empatia, do respeito à diversidade e da colaboração dentro da sociedade.

A valorização da voz de cada indivíduo é um princípio fundamental para a construção de uma educação inclusiva e de uma sociedade democrática, pois reconhece que cada pessoa possui experiências, percepções e conhecimentos únicos que, quando considerados e integrados, enriquecem o processo coletivo de aprendizagem e convivência social. Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) destaca que a comunicação inclusiva representa uma ferramenta essencial para transformar o ambiente educacional em um espaço de aprendizado significativo e equitativo, ressaltando que a utilização de estratégias multimodais permite que os estudantes com diferentes habilidades se expressem, interajam e construam conhecimento de maneira autônoma, promovendo não apenas sua participação ativa, mas também o fortalecimento da empatia, do respeito à diversidade e da colaboração dentro da sociedade.

A valorização da voz individual contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de refletir sobre suas próprias necessidades, interesses e direitos, bem como de compreender e respeitar os pontos de vista dos outros, criando um ambiente onde a aprendizagem se torna uma experiência compartilhada e transformadora. Quando os educadores reconhecem a importância de ouvir cada estudante, adaptando suas práticas pedagógicas e recursos de comunicação às particularidades de cada um, constroem-se pontes que conectam teoria e prática, garantindo que todos possam participar de maneira significativa, independentemente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

A comunicação inclusiva, ao integrar múltiplos canais expressivos, como recursos visuais, auditivos, táteis e digitais, amplia o alcance da interação e assegura que mensagens complexas sejam compreendidas por todos, fortalecendo a autonomia do estudante e incentivando sua tomada de decisões informadas. Drumond Ischkanian (2025) reforça que, ao adotar uma abordagem multimodal, a escola não apenas promove a equidade educacional, mas também prepara os indivíduos para participar ativamente de uma sociedade plural, onde o diálogo, a colaboração e a valorização da diversidade são fundamentais para o progresso coletivo.

A prática de ouvir e dar espaço à expressão de cada aluno ou cidadão fortalece a autoestima e o senso de pertencimento, elementos essenciais para que cada indivíduo se sinta motivado a contribuir com ideias, soluções e projetos dentro da escola e da comunidade. Quando a voz de todos é considerada, criam-se oportunidades para que o aprendizado seja coconstruído, refletindo as múltiplas experiências de vida presentes no grupo e enriquecendo

a dinâmica social e educativa, ao mesmo tempo em que se consolidam valores éticos, morais e sociais fundamentais para a convivência democrática.

Garantir que cada pessoa seja ouvida em contextos comunitários e sociais reforça a noção de cidadania ativa, permitindo que indivíduos com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento participem de decisões que afetam suas vidas e influenciem políticas públicas, programas de inclusão e iniciativas de acessibilidade. Drumond Ischkanian (2025) enfatiza que a comunicação inclusiva transcende a mera transmissão de informações, tornando-se um instrumento de empoderamento, protagonismo e transformação social, pois possibilita que todos sejam agentes ativos na construção de espaços mais justos e acolhedores.

A atenção à voz individual também contribui para a construção de relações interpessoais mais saudáveis, baseadas em confiança, cooperação e respeito mútuo, permitindo que conflitos sejam resolvidos de forma dialogada e que diferenças sejam compreendidas como oportunidades de aprendizado conjunto. A inclusão efetiva, nesse sentido, não se restringe à presença física do aluno, mas se consolida quando ele é reconhecido como sujeito de direitos, capaz de influenciar, questionar e participar ativamente das atividades educacionais e sociais, fortalecendo a cultura de diversidade e pertencimento.

Estratégias pedagógicas que favorecem a expressão da voz incluem o uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas, atividades colaborativas e recursos multimodais, que possibilitam a comunicação de forma adaptada a diferentes necessidades e estilos de aprendizagem. Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) reforça que, ao integrar essas práticas, o ensino se torna mais flexível, dinâmico e sensível às particularidades de cada estudante, promovendo a construção de um aprendizado significativo e estimulando a participação plena em todos os âmbitos da vida escolar e comunitária.

O fortalecimento da voz individual está diretamente ligado ao desenvolvimento da autonomia, da autoeficácia e da capacidade de autogerenciamento, permitindo que os estudantes e cidadãos se tornem protagonistas de suas próprias trajetórias. A comunicação inclusiva, conforme salientado por Drumond Ischkanian (2025), contribui para que cada pessoa seja ouvida, compreendida e valorizada, transformando experiências de exclusão em oportunidades de participação ativa e de engajamento social, fortalecendo a equidade e a justiça em todos os níveis.

Assegurar que cada indivíduo possa falar, ser ouvido e influenciar decisões é um elemento central para consolidar práticas inclusivas e promover sociedades mais humanas, democráticas e participativas. A comunicação inclusiva, como destaca Simone Helen Drumond Ischkanian (2025), não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um compromisso ético e social que garante que a diversidade de vozes se transforme em aprendizado,

empoderamento e construção coletiva de conhecimento, fortalecendo a educação e a sociedade de forma integrada e sustentável.

Gladys Nogueira Cabral (2025) evidencia que o desenvolvimento do pensamento crítico é potencializado quando se adotam práticas comunicativas inclusivas, uma vez que essas estratégias estimulam os alunos a analisar informações de maneira reflexiva, a questionar suposições e a tomar decisões informadas, fomentando cidadãos mais conscientes e preparados para contribuir de forma ética e responsável no contexto educacional e social, reconhecendo a importância de ouvir e valorizar a perspectiva de todos.

Sandro Garabed Ischkanian (2025) ressalta que a educação inclusiva não se limita à adaptação de recursos, mas envolve uma transformação cultural na escola e na sociedade, ao garantir que cada indivíduo tenha oportunidades de participação plena, refletindo sobre a relevância de ambientes que acolham a diversidade de pensamentos, habilidades e experiências, assegurando que a voz de cada pessoa seja considerada nas decisões que impactam sua aprendizagem e interação social.

Idênis Glória Belchior (2025) destaca que a inclusão efetiva depende da construção de processos educativos que integrem diferentes canais comunicativos, permitindo que estudantes com deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento tenham suas necessidades atendidas de maneira personalizada, promovendo igualdade de oportunidades e fortalecendo a ideia de que a participação social de cada indivíduo é essencial para uma sociedade mais justa e democrática.

Palmyra Couto de Oliveira Neta (2025) reflete sobre a importância de que as famílias e a comunidade escolar sejam parceiras ativas na implementação de estratégias multimodais, garantindo que os estudantes possam exercer protagonismo e autonomia, ao mesmo tempo em que se valoriza a escuta, o respeito e a compreensão das demandas de cada aluno, fortalecendo vínculos e o sentido de pertencimento.

Marizuza Ribeiro Paixão Marinho (2025) enfatiza que o planejamento pedagógico flexível e multimodal não apenas favorece a aprendizagem, mas também reforça a capacidade de compreensão e interação entre pares, ao assegurar que diferentes modos de comunicação e expressão sejam valorizados, tornando possível que todos os sujeitos se sintam incluídos, ouvidos e reconhecidos em suas singularidades.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) destaca que as tecnologias assistivas e os recursos de comunicação alternativa ampliam a participação dos alunos, permitindo que a inclusão deixe de ser apenas um conceito teórico e se transforme em prática cotidiana, promovendo a integração social, a colaboração e o respeito às diferenças, além de garantir que todos tenham voz ativa em processos educacionais e comunitários.

Rosimery Mendes Rodrigues (2025) evidencia que a formação continuada de educadores é fundamental para implementar estratégias inclusivas de maneira eficaz, capacitando-os a ouvir, compreender e interpretar as necessidades comunicativas dos alunos, fortalecendo a responsabilidade social da escola e a construção de uma sociedade em que a diversidade seja valorizada e todos tenham oportunidades de desenvolvimento integral.

Rosalina Leal da Silva (2025) reforça que a escuta ativa e o envolvimento direto das pessoas com deficiência no planejamento pedagógico são determinantes para assegurar que as estratégias adotadas sejam pertinentes e respeitosas, possibilitando que o aprendizado seja significativo e que a participação social seja concreta, fortalecendo a noção de pertencimento e a cidadania plena.

Nubia Margareth dos Santos Modesto de Moraes (2025) destaca que a integração de múltiplos canais comunicativos e a valorização da expressão individual permitem reduzir barreiras de participação, aumentando a inclusão social e educacional, enquanto promove a compreensão mútua e o diálogo construtivo, reafirmando a importância de que todos os indivíduos sejam ouvidos e tenham sua opinião considerada.

Mariza Barreto Leal Dias (2025) evidencia que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais está intimamente ligado à comunicação inclusiva, pois a capacidade de expressar sentimentos, compreender os outros e interagir de forma empática contribui para a formação de ambientes educacionais mais humanos, colaborativos e justos, nos quais cada voz é valorizada.

Gabriel Nascimento de Carvalho (2025) ressalta que a inclusão efetiva na educação e na sociedade requer a implementação de estratégias que combinem tecnologia, pedagogia e apoio familiar, garantindo que estudantes com diferentes habilidades possam participar de forma ativa, expressar-se livremente e influenciar decisões que impactam seu aprendizado, promovendo cidadania e equidade.

Neusa Venditte (2025) destaca que a construção de ambientes inclusivos e a valorização da comunicação multimodal são fundamentais para reduzir desigualdades e favorecer a autonomia, permitindo que cada estudante seja ouvido, compreendido e envolvido nas decisões pedagógicas e sociais, o que fortalece a ideia de uma sociedade democrática, em que todos têm voz e participam ativamente da construção do coletivo.

A valorização da voz de cada indivíduo e a prática da escuta ativa configuram-se como pilares essenciais para a construção de uma educação inclusiva e de uma sociedade democrática, pois garantem que todos tenham a oportunidade de expressar suas ideias, sentimentos e necessidades, promovendo o reconhecimento da diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo e social. Ao ouvir de maneira genuína, educadores,

famílias e a comunidade escolar não apenas captam informações, mas também compreendem experiências singulares, fortalecendo vínculos, respeitando diferentes formas de expressão e fomentando um ambiente de confiança e participação ativa.

A escuta ativa permite que decisões pedagógicas e sociais sejam tomadas de forma mais sensível e efetiva, alinhando práticas educativas às necessidades reais de cada estudante, especialmente aqueles com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, garantindo que sua participação não seja apenas formal, mas significativa e autêntica. Esse cuidado fortalece a autonomia dos indivíduos e contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, respeito, colaboração e responsabilidade coletiva, consolidando valores éticos e democráticos em todos os espaços de interação.

Quando a voz de cada pessoa é valorizada, cria-se um espaço de inclusão que transcende barreiras físicas e cognitivas, favorecendo a equidade no acesso ao conhecimento e a construção de aprendizagens compartilhadas, nas quais cada contribuição é considerada relevante. Além disso, a escuta ativa atua como instrumento de empoderamento, permitindo que os sujeitos sintam-se reconhecidos e capazes de influenciar os processos que afetam sua educação e sua vida social.

Em um contexto educativo e social que busca ser inclusivo, a escuta ativa é mais do que uma técnica de comunicação; é uma postura ética e política que assegura participação, expressão e reconhecimento, consolidando práticas pedagógicas e sociais que respeitam a dignidade de todos. A educação inclusiva, nesse sentido, não se limita a acomodar diferenças, mas transforma ambientes e relações, promovendo justiça, equidade e aprendizado significativo.

A construção de políticas, programas e práticas educacionais baseadas na escuta ativa e na valorização da voz individual favorece uma abordagem centrada na pessoa, em que cada estudante é visto em sua singularidade e considerado um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva amplia a compreensão de inclusão, que passa a integrar aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais, promovendo um desenvolvimento integral e equilibrado de todos.

A participação efetiva de indivíduos e famílias contribui para fortalecer redes de apoio, colaboração e corresponsabilidade, assegurando que as decisões educacionais não sejam unilateralmente impostas, mas construídas de maneira compartilhada, com base em experiências, necessidades e expectativas genuínas. A escuta ativa, portanto, fortalece vínculos e promove a co-criação de soluções pedagógicas e sociais mais assertivas e humanizadas.

No âmbito da sociedade, a valorização da voz de cada indivíduo amplia o respeito à diversidade, estimulando a cidadania plena e a participação democrática em diferentes contextos. Ao reconhecer e acolher múltiplas formas de expressão, as instituições educativas e sociais contribuem para a formação de cidadãos críticos, empáticos e capazes de dialogar, colaborar e transformar o meio em que vivem.

A escuta ativa e a valorização da voz individual são instrumentos estratégicos para a efetivação de uma educação inclusiva, pois garantem que todos os participantes do processo educativo sejam ouvidos, compreendidos e integrados, promovendo práticas de aprendizagem significativas, equitativas e transformadoras, que respeitam diferenças e celebram a diversidade como força motriz do desenvolvimento humano e social.

Fortalecer a escuta ativa e assegurar a valorização da voz de cada indivíduo não se limita apenas a uma prática pedagógica ou social, mas representa uma mudança de paradigma na forma como instituições educativas, famílias e comunidades interagem com seus membros, especialmente aqueles com diferentes habilidades e necessidades. Quando cada pessoa sente que sua voz é ouvida e considerada, cria-se um ambiente de confiança e pertencimento, no qual a participação deixa de ser apenas formal para se tornar significativa e transformadora. Essa prática promove a construção de relações interpessoais mais empáticas, incentivando a colaboração, o diálogo aberto e a compreensão mútua, elementos essenciais para a consolidação de uma sociedade que valoriza a diversidade e reconhece a importância de cada indivíduo no processo coletivo de aprendizado e desenvolvimento social.

A valorização da voz de cada pessoa contribui diretamente para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da capacidade crítica dos indivíduos, uma vez que sua opinião, experiência e perspectiva passam a influenciar decisões educacionais e comunitárias. Em contextos escolares e sociais inclusivos, isso significa que alunos, professores, familiares e profissionais se tornam protagonistas ativos, capazes de construir soluções mais adequadas às suas necessidades e desafios. Ao consolidar essa cultura de participação e reconhecimento, a educação e a sociedade tornam-se espaços de inovação, justiça e responsabilidade compartilhada, nos quais a diversidade é celebrada como fonte de aprendizado, criatividade e desenvolvimento coletivo, garantindo que todos tenham oportunidades equitativas para se expressar, ser compreendidos e contribuir de maneira efetiva para o bem-estar comum.

CADERNO DE ATIVIDADES

COMPREENSÃO E CONCEITOS BÁSICOS

1. O que significa a valorização da voz de cada indivíduo em contextos educacionais?
2. Por que a escuta ativa é fundamental para uma educação inclusiva?
3. Como a participação efetiva dos estudantes contribui para a construção de uma sociedade democrática?
4. Qual é a relação entre inclusão educacional e respeito à diversidade de opiniões?
5. Por que a voz das famílias deve ser considerada no processo de aprendizagem inclusiva?
6. Como a comunicação inclusiva fortalece a autonomia dos alunos?
7. Qual é a importância do diálogo para a participação plena dos alunos com deficiência?
8. Como a escuta ativa contribui para a formação de cidadãos mais conscientes?
9. De que forma as estratégias multimodais possibilitam a expressão de diferentes habilidades?
10. Por que ouvir cada indivíduo é essencial para promover a empatia na escola e na sociedade?

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE PRÁTICAS E POLÍTICAS

11. Como garantir que todos os alunos tenham oportunidades de expressar suas opiniões?
12. De que maneira os ambientes escolares podem ser transformados para valorizar a voz de cada aluno?
13. Qual é o papel do professor na promoção da escuta ativa em sala de aula?
14. Como a valorização da voz individual pode reduzir desigualdades educacionais?
15. Qual é o impacto da participação das famílias nas decisões pedagógicas?
16. De que forma as tecnologias assistivas podem apoiar a expressão de alunos com deficiência?
17. Como ambientes inclusivos contribuem para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes?
18. Por que é importante refletir sobre os preconceitos que podem silenciar determinados grupos?
19. Como a valorização da voz de cada aluno pode influenciar a gestão escolar?
20. Quais são os desafios para implementar práticas de escuta ativa em grandes turmas?

APLICAÇÃO EM ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

21. Quais atividades podem ser aplicadas para fortalecer a expressão individual dos alunos?
22. Como a aprendizagem multimodal contribui para a participação ativa de todos os estudantes?
23. De que forma professores podem utilizar feedbacks dos alunos para melhorar a aprendizagem?
24. Como integrar a comunicação alternativa e aumentativa no cotidiano escolar?
25. Qual é a importância de incluir debates e rodas de conversa como prática de escuta ativa?
26. Como a avaliação participativa fortalece a autonomia dos alunos?
27. De que maneira projetos colaborativos podem valorizar diferentes perspectivas?
28. Como planejar atividades que contemplem múltiplos estilos de comunicação?

29. Qual é o papel da reflexão crítica no processo de valorização da voz do aluno?
30. Como garantir que alunos com deficiências intelectuais também sejam ouvidos nas decisões?

PERSPECTIVAS SOCIAIS E COMUNITÁRIAS

31. Por que a participação social das pessoas com deficiência é relevante para a sociedade?
32. Como o protagonismo das famílias pode influenciar políticas inclusivas?
33. De que forma a escuta ativa fortalece a cultura de respeito à diversidade?
34. Como a sociedade pode criar espaços de diálogo acessíveis para todos?
35. Por que a valorização da voz individual é um princípio democrático?
36. Como o empoderamento de grupos historicamente marginalizados contribui para a justiça social?
37. De que forma a participação cidadã influencia a construção de políticas educacionais inclusivas?
38. Como a comunicação inclusiva pode ampliar a compreensão intercultural?
39. Por que a colaboração entre escola, família e comunidade é essencial para inclusão efetiva?
40. Como estimular a expressão de crianças e jovens em decisões comunitárias?

DESAFIOS E BARREIRAS

41. Quais barreiras podem impedir que a voz de todos seja ouvida na escola?
42. Como o preconceito e a discriminação afetam a participação de alunos com deficiência?
43. Quais estratégias podem superar o medo de se expressar em contextos educacionais?
44. Como lidar com diferenças de ritmo e estilo de comunicação entre os alunos?
45. De que maneira a sobrecarga docente pode prejudicar práticas de escuta ativa?
46. Quais medidas podem reduzir a exclusão de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento?
47. Como a tecnologia pode tanto ajudar quanto criar desafios para a participação ativa?
48. De que forma a resistência cultural pode impedir a valorização da voz individual?
49. Como garantir que a diversidade de opiniões seja respeitada sem gerar conflitos?
50. Quais estratégias pedagógicas são mais eficazes para assegurar que todos os estudantes sejam ouvidos e compreendidos?

E-BOOK - 2025